

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM HISTÓRIA – PPGH
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS

GILVANA MACHADO COSTA

TRABALHO E TRABALHADORES DAS CONFECÇÕES EM SANTO ANTÔNIO DO
SUDOESTE – PR

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2015

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM HISTÓRIA – PPGH
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS

GILVANA MACHADO COSTA

Trabalho apresentado à banca examinadora - Mestrado do Programa de Pós-Graduação História, Poder e Práticas Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. Vinculado a Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais, com orientação do Prof. Dr. Antônio de Pádua Bosi.

TRABALHO E TRABALHADORES DAS CONFECÇÕES EM SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE – PR

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

C837t

Costa, Gilvana Machado

Trabalho e trabalhadores das confecções em Santo Antônio do
Sudoeste - PR. /Gilvana Machado Costa.— Marechal Cândido Rondon,
2015. 88 p.

Orientador: Prof. Dr. Antônio de Pádua Bosi

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História

1. Trabalho. 2. Trabalhadores. 3. Relação de trabalho. 4.
Industrialização. 5. Confecções. I. Bosi, Antônio de Pádua. II.
Universidade Estadual do Oeste do Paraná. III. Título.

CDD 22.ed. 331.0

Ficha catalográfica elaborada por Helena Soterio Beijo – CRB 9ª/965



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.

Programa de Pós-Graduação em História

Reconhecido pela Portaria Ministerial - MEC nº 1.077, de 31/08/2012, publicada no DOU de 13/09/2012.



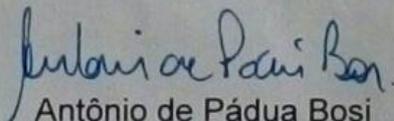
PARANÁ

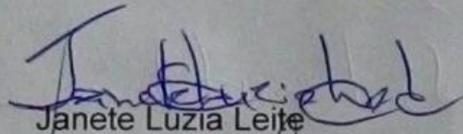
GOVERNO DO ESTADO

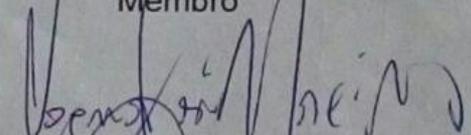
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM HISTÓRIA

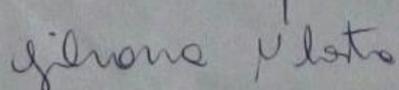
Aos vinte e nove dias do mês de outubro de 2015, às 14 horas reuniu-se, em sessão pública, a banca examinadora da defesa de dissertação de mestrado em história constituída pelos professores Dr. Antônio de Pádua Bosi (Orientador) (UNIOESTE), Dr^a Janete Luzia Leite (UFRJ) e Dr. Vagner José Moreira (UNIOESTE), para avaliarem o trabalho "*Trabalho e trabalhadores das confecções em Santo Antônio do Sudoeste - PR*", apresentado pela pós-graduanda **Gilvana Machado Costa** para a obtenção do título de "Mestra em História" do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História do UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon. A banca examinadora considerou o trabalho APROVADO. Nada mais havendo a constar, eu Antônio de Pádua Bosi, orientador do trabalho, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pelos demais membros da banca examinadora e pela pós-graduanda avaliada.

Marechal Cândido Rondon, 29 de outubro de 2015.


Antônio de Pádua Bosi
Orientador


Janete Luzia Leite
Membro


Vagner José Moreira
Membro


Gilvana Machado Costa
pós-graduanda

À Geomar, meu companheiro pelo apoio incondicional

Aos meus pais, Rosa e Pedro, por tudo!

AGRADECIMENTOS

Ao Antônio pela paciência e compreensão em ter orientado este trabalho.

Aos professores da banca de qualificação, Rinaldo e Vagner pelos apontamentos.

À Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais, com professores e colegas que têm sempre contribuído nas discussões e análises sobre a classe trabalhadora.

À Jaqueline, pelo desabafo de angústias, inquietações, alegrias e pela parceria de sempre, obrigado!

À Cida, que desde a graduação tem sido uma inspiração para mim.

À minha família, que me acolheu durante o desenvolvimento da pesquisa para que pudesse realizar o trabalho de campo em Santo Antônio do Sudoeste.

Ao Geomar, pelos longos meses em que sentiu saudade de Maria Rosa, não poderei compensá-lo.

Aos trabalhadores das confecções, agradeço por terem me recebido em suas casas e compartilhado suas trajetórias e expectativas de uma vida melhor.

À CAPES por um ano de bolsa, pois contribuiu para que finalizasse este trabalho.

Por fim, agradeço a todos que de modo geral contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo descrever e compreender os modos de viver e trabalhar dos trabalhadores envolvidos nas dinâmicas de produção no setor de confecção. A pesquisa abrange a região sudoeste do Paraná, mais especificamente a cidade de Santo Antônio do Sudoeste, por suas mudanças na produção de vestuário dos anos de 1960 até o ano de 2013. Parte dos trabalhadores têm em sua trajetória o trabalho no campo e mais tarde o trabalho industrial. Tal experiência evidencia alterações impactantes, principalmente quando são seguidas de adoecimento. Este resultado se deve a forma de organização do trabalho, o ritmo, as pressões e as jornadas diárias estendidas pelas horas extras e as condições precárias de trabalho. Ao analisar o Jornal de Beltrão que circula na região sudoeste, as narrativas contrapõem o discurso que, em certa medida convence. Portanto, a análise configurou-se em denúncia dessas condições de trabalho. Pois além de não permitir ao trabalhador a superação do processo produtivo o mantém subordinado. Para esta pesquisa se fez necessário a produção e análise de entrevistas com trabalhadores, duas edições do Jornal de Beltrão, além de dados do Ipardes.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho; Trabalhadores; Relações de Trabalho; Industrialização; Confecções.

ABSTRACT

This research aims to describe and understand the ways of living and working of the workers involved in production dynamics in the manufacturing sector. The survey covers the southwest region of Paraná, more specifically the city of Santo Antonio Southwest, for its changes in the production of clothing from the 1960s to the year 2013. Some of the workers have in their career working in the field and later industrial work. This experience shows striking changes, especially when they are followed by illness. This result is a form of work organization, pace, pressures and extended daily hours for overtime and poor working conditions. By analyzing the Journal of Beltrao circulating in the southwest region, narratives contradict the speech to some extent convincing. Therefore, the analysis set up in denunciation of these working conditions. Because in addition to not allow the worker to overcome the production process keeps subordinate. For this research it was necessary to the production and analysis of interviews with workers, two editions of the Journal of Beltrao, and Iparades data.

KEYWORDS: Work; Workers; Work relationships; Industrialization; Clothing.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	20
A CONFECÇÃO NA CIDADE DE SANTO ANTÔNIO, PARANÁ.....	20
1.1 O trabalho de costura em Santo Antônio	58
CAPÍTULO II.....	62
SER COSTUREIRA: PROCESSO DE TRABALHO, IDENTIDADE E	
ADOCIMENTO	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
FONTES	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	87

INTRODUÇÃO

A trajetória de vida e trabalho de minha família não é diferente de outras famílias. Mas nem por isso menos importante. Fazemos parte de uma grande parcela da população que vive do seu trabalho. A tentativa de conseguir melhores condições de vida e trabalho, fez com que nós mudássemos várias vezes de lugar e de cidade. Nasci em 1984 em Realeza, cidade localizada no sudoeste paranaense e morávamos na Linha Alto Sarandi. Era uma pequena comunidade e tínhamos nossa casa. Meu pai trabalhava de carpinteiro, minha mãe costurava, eu e meus três irmãos estudávamos. Por duas vezes saímos de nossa casa e fomos trabalhar em um aviário que ficava na Linha Bonatti, ainda na mesma cidade.

A lembrança que tenho é que era bom de morar lá. Era um sítio, tinha um pedaço de terra para plantar milho, feijão e tinha árvores de frutas. Criávamos galinhas no terreiro, tinha porcos no chiqueiro e vaca para tirar leite no pasto. Até um açude havia no meio do potreiro. Apesar de sermos empregados e meus pais trabalharem do amanhecer ao anoitecer para poderem tirar dali nosso sustento. Meu pai se desdobrava no aviário que ainda era praticamente todo manual. Minha mãe se virava com a casa os filhos e no trato dos animais. Da primeira vez que fomos cuidar do aviário eu tinha 4 anos e na segunda 10. Cresci vendo meus pais darem um duro danado para não deixar faltar comida na mesa. Não havia luxo apenas o necessário.

Na época os frangos engordados no aviário eram vendidos para a Sadia, e mais tarde para a Diplomata. Todo o esforço empreendido por meu pai nunca era suficiente para atingir a meta exigida pela empresa e a remuneração quase nunca compensava tanto trabalho. Por esse motivo nos mudamos novamente para nossa casa. Não foi fácil. No sítio, nós produzíamos para a subsistência o leite, o milho, o feijão, a carne e as frutas. Já na nossa casa era preciso comprar tudo e para uma família de seis pessoas as coisas ficaram difíceis.

Até meus 13 anos moramos em Realeza. Saímos de lá porque meu pai estava trabalhando na construção de um edifício, caiu e acabou por machucar o braço. Na época, ele trabalhava “frio”, sem carteira assinada e como que para “não prejudicar o patrão” não teve nenhum tipo de auxílio doença. Minha mãe continuava costurando em casa e ministrou até mesmo alguns cursos, além de fazer roupas para toda a vizinhança. Orgulhava-se quando recebia encomenda até da cidade. Mas, com meu pai machucado, as coisas tinham se complicado e a ideia de novamente nos mudarmos já era certa. Desta vez, nos mudamos para a cidade de Santo

Antônio do Sudoeste. Minha avó e familiares de minha mãe já moravam lá e avisaram meus pais de que haveria trabalho para todos.

Desde cedo, aprendi que não se pode criar raízes em lugar algum. Em 1997 mudamos para Santo Antônio. Minha mãe, minha irmã e meu irmão mais velhos foram trabalhar nas fábricas de confecções da cidade. Meu pai assim que melhorou um pouco do braço, foi trabalhar de pedreiro, profissão que exerce até hoje. Eu e meu irmão mais novo ficamos incumbidos de cuidar da casa e fazer o almoço. Estudávamos à tarde. Apesar de já ter morado em casa que não era nossa, morar de aluguel foi uma experiência nova e que logo fomos obrigados a nos acostumar. Hoje, brincamos dizendo que as coisas estavam sempre meio encaixotadas. Falava em mudança era só fechar as caixas e chamar o caminhão. Só em Santo Antônio, moramos em seis casas diferentes.

Como de fato tinha trabalho para todos, os planos foram de nos fixar em Santo Antônio. Mas, logo tivemos que nos mudar novamente, pois a fábrica que minha mãe e meus dois irmãos trabalharam decretou falência e os direitos trabalhistas foram pagos em mercadoria. Deixamos o planejamento de lado e nos vimos obrigados a mudar para a cidade de Ampére. Lá também haviam indústrias de confecção. Por eles já terem experiência neste tipo de trabalho, foram num dia fazer o teste e no outro nos mudamos.

Naquele mesmo dia, organizamos a mudança e no domingo fomos. Em 1999, então, fechamos as caixas e nos mudamos para Ampére. Foi uma experiência difícil. A jornada de trabalho era puxada e meu pai não conseguiu trabalho como pedreiro. Lá moramos onze meses. Desta vez, nem tínhamos desfeito todas as caixas e voltamos para Santo Antônio, pois as condições de trabalho tinham melhorado um pouco. Meu pai que ali já tinha estabelecido contatos conseguiu trabalho logo. E o restante de nós foi trabalhar nas fábricas.

Em 2001, foi minha vez de ingressar na fábrica. Trabalhava durante o dia e estudava a noite. Trabalhei como auxiliar de produção por dois anos. Santo Antônio não tinha e ainda não tem universidade. As possibilidades de se fazer um curso superior estão no ensino à distância ou em outras cidades, o que significa se deslocar de ônibus e encerrar a jornada de trabalho antes do estabelecido. As fábricas não liberam antes. Concluído o Ensino Médio, muitos jovens pressionados pela necessidade de trabalhar são absorvidos pelas fábricas. Pouquíssimos filhos de trabalhadores conseguem com algum sacrifício mudar de cidade para lutarem por uma vaga na universidade. A maioria permanece no mesmo lugar trabalhando nas fábricas.

Em 2003, vim morar e trabalhar com minha irmã em Pato Bragado, cidade localizada na região oeste do Paraná. Em 2005, fui morar em Marechal Cândido Rondon, onde, havia universidade. O restante de minha família, com exceção de meu irmão mais novo, ainda mora em Santo Antônio. Ele trabalha e estuda em Francisco Beltrão.

Finalmente, em 2008, ingressei no curso de História. Durante a graduação a frase: “História é o movimento dos homens no tempo”, principalmente no primeiro ano, aparecia quase sempre associada aos feitos dos “grandes” homens, em detrimento dos outros sujeitos que ficavam submersos à margem da história. Definitivamente não me identificava com aquilo ou com a forma como aquilo era dito.

Com a inserção na Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais, logo no segundo ano, tendo como objeto de pesquisa as relações de trabalho no setor de confecções, me fez perceber que a história era mais que a ação de alguns homens. Era a ação dos sujeitos, e, portanto, de uma classe que tinha como elemento comum as condições sociais em que viviam. Além de me identificar, literalmente, com os sujeitos da pesquisa, percebi que o papel social do historiador não pode se limitar a reproduzir àquela história. Temos grandes desafios a serem superados.

As discussões realizadas na linha de pesquisa é que me possibilitaram compreender a trajetória de vida e trabalho de minha família. Que entre tantas outras engrossam a força de trabalho que mantém nosso modo de vida. A trajetória de muitos pode ser compreendida por meio do desenvolvimento industrial e degradação do modo de vida e trabalho da classe trabalhadora.

Durante as discussões realizadas nas disciplinas do mestrado apareceu a questão “o que fazemos e o que podemos fazer frente às opções dos trabalhadores em meio às pressões vividas por eles?” (BOSI; VARUSSA; 2011, p.14). Mais do que tentar responder, esta questão deve nos guiar para fazer refletir sobre as condições vividas pela classe trabalhadora e o que fazer. Não é nossa obrigação resolver os problemas pela classe, mas temos que construir, enquanto sujeito políticos, com e para a classe um projeto político de mudança social.

O movimento da sociedade tem nos mostrado que é possível mudar. As disputas em torno dos movimentos sociais são prova disso. Quando vemos os trabalhadores se organizando, se articulando sentimo-nos revigorados. As recentes mobilizações que tomaram

conta das ruas nos mostraram que as pessoas se mobilizam, se organizam quando suas condições de vida e trabalho são insuportáveis.

Talvez não se organizem da forma como idealizamos, de que qualquer movimento possa se tornar ou tenha um projeto definido e revolucionário. De maneira geral, o que os movimentos sociais da história recente nos informam é uma crise geral do capitalismo. De acordo com Sader (2012 p.86), “o certo é que o mundo sairá distinto desta segunda década do século XXI – melhor ou pior –, mas distinto, porque os sintomas de esgotamento dos seus esquemas econômicos e políticos dominantes são evidentes”.

A classe, como afirma Thompson (1987), é uma relação e não uma coisa que surge em determinada época. Não é algo mecânico. Os sujeitos ao compartilharem experiências tratam em suas consciências suas condições vividas. Thompson identifica, a partir de uma variedade de fontes, como diversos trabalhadores, através de associações, estavam descontentes, principalmente, em razão do aumento dos preços dos alimentos, naquele momento.

O operariado encontra novas formas de organização e na luta se reconhecem enquanto classe. É nas condições sociais vividas que os sujeitos se fazem enquanto classe. Portanto, não há uma classe ideal, não há uma consciência de classe ideal. A consciência é histórica, é dos trabalhadores. Pensar a classe é pensar a atuação dos sujeitos enquanto sujeitos políticos, sua atuação política. Pensar a classe enquanto conjunto de pessoas que compartilham experiências e vivenciam as mesmas condições de vida e trabalho e que tomam suas decisões a partir de tais condições.

Thompson, principal referência para pensar a experiência classe,

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe (THOMPSON, 1987, p. 10).

O autor ainda complementa que a consciência se dá em diferentes lugares e períodos, mas nunca da mesma forma. Por isso, ao idealizarmos uma classe perdemos as suas peculiaridades, as condições determinadas sob as quais estava submetida.

Na compreensão do fazer-se da classe, Khoury (2012) contribui para pensarmos como os trabalhadores interpretam seus modos de vida. Qual a perspectiva que eles têm do seu trabalho? Em como a experiência social os elementos que compõem a vida material não podem ser dissociados da cultura e da consciência. A cultura operária são as formas de vida e de luta. Formas de luta nem sempre organizadas através de sindicatos, associações, mas na resistência diária diante das condições de vida e trabalho.

Paulo Almeida (2006) ao analisar narrativas de trabalhadores no movimento de luta pela terra nos mostra como devemos tratar os sujeitos em nossas pesquisas. Como perceber os trabalhadores a partir de suas visões de mundo, por vezes, com perspectivas diferentes. Considerando que esses sujeitos pressionados pelas condições impostas por um processo de industrialização em detrimento de seus modos de viver, trabalhar e subsistir.

Portanto, esta pesquisa aborda parte da experiência de trabalhadores que, como minha mãe, não pôde continuar trabalhando em casa e para cuidar dos seus sem passar pela experiência fabril. Trabalhadores que para garantir sua sobrevivência não tem outra forma se não vender sua força de trabalho.

Os sujeitos desta pesquisa têm em comum as trajetórias ocupacionais do trabalho no campo e mais tarde nas indústrias de confecções situadas na cidade de Santo Antônio do Sudoeste no Paraná. Conhecer as trajetórias desses trabalhadores tem por objetivo evidenciar as condições de vida e trabalho numa pequena cidade a qual está inserida, num contexto maior: na cadeia de exploração do trabalho sob o domínio do capital. Isso não é novo, mas precisa ser problematizado. Trazer isso como um problema é colocar em pauta o antagonismo de classe, significa dizer que os trabalhadores subsistem diariamente neste sistema e colocar em perspectiva suas possíveis mudanças.

Santo Antônio é uma pequena cidade que abriga hoje 78 indústrias e destas 38 no setor têxtil. Consultando a base de dados do Ipar-des, temos para o segmento de Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos em Santo Antônio os seguintes dados:

TABELA 1: NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS E EMPREGOS EM 1996

Santo Antônio do Sudoeste	Empregos - Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos	184
	Estabelecimentos - Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos	13

Fonte: Iparades 2012, tabela organizada por Gilvana Costa.

Para o ano de 1996¹, Santo Antônio aparece com 13 estabelecimentos e 184 trabalhadores empregados, com uma média de 14 trabalhadores por estabelecimento.

Já para o ano de 2013, temos os seguintes dados:

TABELA 2: NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS E EMPREGOS EM 2013.

Santo Antônio do Sudoeste	Empregos - Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos	1206
	Estabelecimentos - Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos	38

Fonte: Iparades 2014, tabela organizada por Gilvana Costa.

Como podemos observar o número de empregos no segmento Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos, aumentou mais de 6 (ou 600%) vezes num período de 17 anos, enquanto o número de estabelecimentos também aumenta consideravelmente passando de 13 para 38. Portanto, os estabelecimentos aumentaram de 14,1 para 31,7 o número de trabalhadores, estruturados de acordo com o modelo de prestação de serviço. A prestação de serviço é aqui identificada com a facção que trabalha para pequenas e grandes empresas que, além de produzirem marca própria, terceirizam a produção de grandes marcas. É de fato uma relação complexa baseada na desregulamentação trabalhista. As grandes marcas se isentam do cumprimento da legislação trabalhista, como carteira assinada e consequente pagamento de direitos trabalhistas. Isso faz com que as prestadoras de serviços tornem as condições de trabalho ainda mais precárias.

¹ Os dados contidos no Iparades no que se refere a número de empregos e estabelecimentos são todos a partir de 1996.

As confecções do sudoeste paranaense, especialmente as de Santo Antônio do Sudoeste, trazem uma característica que até então só era visível em grandes cidades ou pólos de produção já estabelecidos. Além de produzirem marca própria, abriram suas portas para a facção ou prestação de serviço ou ainda terceirizaram produções de marcas como Renner, C&A, e ainda a marca de Zezé di Camargo e Luciano. Atualmente, marcas como a Renner, C&A, Request, Purpose, Angelo Lítrico e Humberto Pascuini, e a marca de tecidos Aziz Nader se encontram distribuídas nas confecções de Santo Antônio do Sudoeste.

Em 2006, Santo Antônio se caracterizava como uma das maiores prestadoras de serviço da região. Conforme relatório do Ipar-des² (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), esta cidade tinha 11 prestadoras (de um total de 15 confecções) se comparada a de municípios da região³ que a soma total não ultrapassava 4 prestadoras de serviço de um total de 14 confecções.

No trabalho de campo⁴ com alguns trabalhadores, indagados sobre o número de fábricas e número de trabalhadores na cidade de Santo Antônio do Sudoeste, responderam que havia aproximadamente 19 confecções com um número de empregados que varia de 15 a 300. Uma única família possui 5 confecções, somando um total de 390 trabalhadores.

Comparando os dados do Ipar-des com essa consulta rápida com trabalhadores, percebemos uma diferença importante. Segundo o Ipar-des, em 2012, a cidade apresentava um total de 1.104 empregos no segmento de Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos. Mas de acordo com os trabalhadores a cidade tinha em média 1260 trabalhadores só nas fábricas de confecções. Os trabalhadores por trabalharem, conhecerem e terem parentes e amigos nas fábricas conseguem ter uma dimensão de quantos funcionários tem em cada espaço fabril. Considerando que a conta do Ipar-des computa todas as modalidades de produção têxtil com registro formal, o que aumenta a distância da conta dos trabalhadores. Esta diferença diz respeito aos trabalhadores sem registro em carteira, ou seja, em situação informal.

² Grupo de pesquisa Ipar-des. Arranjo Produtivo Local de Confecções do Sudoeste: estudo de caso. Curitiba: IPARDES, 2006.

³ Os municípios de Ampére, Francisco Beltrão, Pato Branco e Realeza apareciam com uma prestadora de serviço cada.

⁴ Para o trabalho de campo, num primeiro momento fui para a frente das fábricas acompanhar a saída dos trabalhadores. Ao abordar alguns deles, realizei questões sobre o número de fábricas e de trabalhadores presentes em Santo Antônio do Sudoeste.

Percebe-se que a concentração de mão de obra na cidade atraiu a atenção do capital. Mas esta concentração não é natural. Ela é resultado da ação do capital em seu constante movimento. Antônio Bosi (2013), ao problematizar o processo de industrialização recente no extremo oeste do Paraná, afirma que tal processo é marcado pelas características históricas de expansão do capital que são, principalmente, a utilização de trabalho barato e matéria prima abundante. Essas características definem o tipo de trabalho que será desenvolvido na região. O autor traz exemplos que permitem identificarmos, mais uma vez, que o trabalho baseado na exploração extrema da força de trabalho não é específico da região, mas que ocorre em diversos lugares no mundo.

Para reforçar esse atrativo para a região parte dos jornais que circulam por lá, tratam de divulgar de modo positivo os postos de trabalho nas confecções. É o caso do Jornal de Beltrão⁵, com tiragem diária de 6 mil exemplares, circula de terça a sábado nos municípios da região sudoeste e arredores⁶, além da versão online. Parte das matérias do jornal apresentam esta conotação:

As indústrias de confecções do Sudoeste, considerando vestuário, linha lar e acessórios, produzem uma média de 16 milhões de peças ao ano, geram 5.500 empregos e estão presentes nos 23, dos 42 municípios que integram a região. São mais de 300 indústrias que fazem do setor um dos que mais geram emprego e renda na região.

Na versão online nenhum dos exemplares narrou qualquer trajetória de trabalhador ou se quer mencionou a jornada de trabalho vivida.

Mas no dia 03 de fevereiro de 2006⁷, a seguinte matéria “Indústria de confecção é forte” anunciava a trajetória de uma jovem empresária.

A gerente ressaltou que a indústria surgiu de um grupo de amigos, cerca de 28 pessoas. "Depois, os trabalhos foram aumentando, e as boas oportunidades também. Hoje trabalhamos com cerca de 77 funcionários. Uma geração de emprego e mão-de-obra ativa para Nova Prata do Iguçu", disse Lucinéia. A indústria trabalha com produção de calças para facção, isto

⁵ Neste site, existem os dados técnicos, cadastrais e os municípios de circulação do Jornal de Beltrão. Fonte: http://www.adjoribrasil.org.br/associados/tabela_precos.phtml?id_associado=80

⁶ Municípios de circulação do Jornal de Beltrão: Ampére, Barracão, Boa Esperança do Iguçu, Bom Sucesso do Sul, Capanema, Chopinzinho, Cruzeiro do Iguçu, Curitiba, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Itapejara do Oeste, Laranjeiras do Sul, Manfrinópolis, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguçu, Pato Branco, Pérola do Oeste e Pinhal de São Bento.

⁷ <http://www.jornaldebetrão.com.br/noticia/15210/industria-de-confeccao-e-forte>

é, a empresa entra com a mão-de-obra e os clientes com a matéria-prima. ‘As pessoas contratam nossos serviços, por isso não temos uma marca própria. Quem traz os tecidos e as etiquetas são os clientes’, observou a gerente. Lucinéia salientou um ponto negativo da cidade, que é comum a muitas da região: a falta de mão-de-obra especializada: ‘Precisamos qualificar mais nossos funcionários, para aumentar a renda e novas possibilidades de emprego para todos’.

O jornal resume em pouco espaço uma trajetória de sucesso, a marca da prestação de serviços e a falta de mão de obra. Uma trajetória de sucesso, diante de muitas que não dão certo⁸; as prestadoras de serviços para grandes marcas estão presentes em boa parte dos municípios da região; e falta de mão de obra pode ser entendida aqui como os trabalhadores expressam certa negação para o trabalho nas confecções. Visualizaremos isso quando os trabalhadores narram suas experiências que revelam a expectativa de um trabalho diferente, principalmente, quando há o esgotamento físico. O próprio jornal dá evidências dessa negação, quando a microempresária reclama da falta de mão de obra.

Esta pesquisa não se propõe ‘pioneira’ no estudo sobre os trabalhadores e as confecções. Apenas vem reforçar a necessidade de evidenciar como os trabalhadores narram, vivenciam e subsistem nesse modo de vida que está fadado ao fracasso dentro de um sistema falho.

Portanto, este trabalho está dividido em dois capítulos. No primeiro capítulo, com o objetivo de buscar compreender como se desenvolvem as relações de trabalho a partir das percepções dos próprios trabalhadores, se fez necessário descrever o lugar, a economia organizada em torno das confecções e a força de trabalho.

No segundo capítulo a análise é a partir da trajetória de vida e de trabalho de costureiras que vivenciaram o trabalho de costura tanto em casa como na fábrica. O objetivo é comparar as diferentes relações de trabalho para evidenciar o impacto na vida dos trabalhadores.

⁸ Veremos o caso de Gilmara.

CAPÍTULO I

A CONFECÇÃO NA CIDADE DE SANTO ANTÔNIO, PARANÁ

Santo Antônio do Sudoeste é uma cidade que fica no interior do Paraná. Tem 18.893 habitantes com uma população urbana de 13.711 e rural de 5.182 (IBGE 2010). Emancipada em 1952 tem seu histórico marcado por disputas de terras. Apresenta o perfil típico de cidade pequena. Pouco movimento de carros, pessoas conversando entre si frequentemente, um interesse comum pelos assuntos dos outros, enfim, um mundo mergulhado em relações pessoais. Mas, olhando mais de perto esta imagem perde nitidez e cede a outra, matizada por conflitos e desigualdades sociais.

Dos anos 40 a meados dos anos 70 a região sudoeste⁹ do Paraná sofreu um aumento populacional de 17.200 para 555.000 habitantes¹⁰. Esse crescimento da população se deve a ação das companhias de “colonização”¹¹. Com a intervenção direta

⁹ Pertencem a região sudoeste do Paraná os seguintes municípios: Ampére, Barracão, Bela Vista da Caroba, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso do Sul, Capanema, Chopinzinho, Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Coronel Vivida, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Honório, Serpa, Itapejara d'Oeste, Manfrinópolis, Mangueirinha, Mariópolis, Marmeleiro, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Palmas, Pato Branco, Pérola d'Oeste, Pinhal de São Bento, Planalto, Pranchita, Realeza, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Izabel do Oeste, Santo Antônio do Sudoeste, São João, São Jorge d'Oeste, Saudade do Iguaçu, Sulina, Verê e Vitorino.

¹⁰ Dados de acordo com Lazier. Para o ano de 1996, o Iparde tem como dado 17.809 habitantes para Santo Antônio do Sudoeste.

¹¹ Entre as décadas de 40 e 50, a Companhia de Nacional Agrícola General Osório (CANGO) criada pelo governo federal, tinha por objetivo fixar na região sudoeste do Paraná agricultores de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A população que ali existia até então era composta por caboclos e índios que tinham seu trabalho explorado na atividade de extração da madeira, erva-mate, caça de animais silvestres, coleta de frutos e na criação de suínos. Nesse contexto, a CANGO distribuiu lotes de terra para favorecer uma grande migração para a região. A partir daí obras de infraestrutura começaram a ser realizadas para garantir a fixação da população, como estradas, pontes, um hospital e uma escola, além de prestadoras de serviços como serraria, marcenaria, oficina mecânica, etc. Nos anos 50, instala-se também na região a Clevelândia Industrial Territorial LTDA (CITLA), que era considerada pela CANGO como uma grileira de terras. A CANGO a acusou de prejudicar o trabalho de povoamento. A CITLA forçava os posseiros a comprar títulos falsos. Para isso usou de jagunços e ainda contou com o apoio do Poder Público Estadual. Para Lazier (1983) a situação se agravou porque o então governador do Estado, Moisés Lupion era um dos sócios da CITLA. Teria sido dessa forma então, que a CITLA começou a atuar como grileira no sudoeste do Paraná. Os posseiros diante do desentendimento entre as companhias e pressionados pelos jagunços se organizaram e conseguiram tomar os municípios de Capanema, Barracão, Santo Antônio, Pato Branco, e Francisco Beltrão. No ano de 1957, em Francisco Beltrão os escritórios e sedes da CITLA foram ocupados pelos posseiros. A narrativa oficial sustenta que os “pioneiros” expulsaram os homens do governo, e mais tarde tiveram a situação legalizada pelo Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP). O GETSOP, criado em 1962 pelo governo federal, regularizou mais 40 mil títulos de terras aos posseiros. De acordo com Lazier foi “a atuação do GETSOP que contribuiu para a legalização da terra e, conseqüentemente, para a aplicação da justiça social na região”, este órgão foi extinto em 1973, pois consideraram que o trabalho estava terminado. (LAZIER, 1983, p. 41)

do Estado no povoamento e a injeção de capital para promover a mecanização agrícola, muitos agricultores, mesmo em posse da terra, sofreram com o endividamento para pagar empréstimos e juros bancários. Famílias inteiras que vieram do Sul em busca terra fértil para produzir a própria subsistência sofreram com a pressão da produção e se viram obrigados a venderem suas terras, o que facilitou a concentração da propriedade da terra.

Em meio às disputas entre “colonizadoras”, e mais tarde pressionadas pela mecanização do campo, as famílias de trabalhadores buscaram inserção nas indústrias que começaram a surgir nas pequenas cidades.

Ainda em 1969, a família Machado, dentre tantas outras, venderam a “terra fraca” que tinham no Rio Grande do Sul e vieram para o sudoeste do Paraná, animada pela propaganda de que ali “dava salame em árvores” e “a mulher não precisava trabalhar”. A simbologia desse primeiro dito popular pode ser desvendada com algum reforço. O salame de produção caseira é um embutido feito do animal criado para consumo próprio. Podia ser de porco ou de gado, ou ainda da mistura das duas carnes. Fazer um salame implicava muito trabalho. Era preciso ter o porco, engordá-lo, abatê-lo e preparar o alimento. Por isso, a expressão “dar salame em árvores” era sinal de menos trabalho. Uma vida mais fácil, simples como colher o fruto de uma árvore. Significa também uma possibilidade de ascensão social, incorporando uma iguaria, comida raramente, no cotidiano.

Depois de um longo caminho em cima de um caminhão e com alguns transtornos, por fim, alguns dos filhos terminaram o trajeto de ônibus até chegar a Marcianópolis, e ainda tinham mais 14 quilômetros aonde chegariam ao Km 13, interior de Santo Antônio. Ali se instalaram na terra adquirida, e onde também teriam uma casa para moradia. A casa era de madeira e coberta de tabuinhas. Vieram de Três de Maio, situada no Rio Grande do Sul, porque a “terra era fraca” e o adubo orgânico já não era mais suficiente para tornar a terra produtiva. Além disso, o ronco dos tratores anunciava que uma nova ordem estava sendo imposta. Sofreram assim a primeira expropriação do capital.

A vila que tomava contornos de cidade ainda tinha as ruas empoeiradas e com pequenas lojinhas no centro. Logo perceberam que a promessa propagandeada era uma ilusão. De onde vieram a companhia “colonizadora” fez forte propaganda sobre o lugar e as qualidades da terra vendida.

A prática de criar porcos no sudoeste paranaense era diferente na forma de como era feito no Rio Grande do Sul. Conheceram assim o trabalho do “safrista”, atividade até então desconhecida pela família. Para ser safrista tinha que contratar peões (diaristas) por empreita para preparar o solo e plantar milho. Depois eram largados os porcos para engordarem soltos na plantação. No final da safra¹², sobrava à conta no armazém, pagar os peões e alimentar a família. Engordar porcos soltos na plantação era prática muito comum na região naquele período.

Além do trabalho duro tinham que lidar com a questão da legalização da terra adquirida. No Paraná, as disputas por terras se arrastavam desde os anos 40. Em 1957, no sudoeste do estado, houve a primeira desapropriação para fins sociais. Em 1967, Pedro Machado comprou o direito da terra e em seguida fez várias viagens do Rio Grande do Sul para o sudoeste paranaense. Cada vez que vinha, contratava peão para roçar a terra que havia adquirido, preparar o solo e, com a plantadeira manual, plantar e cultivar o milho.

Nesse período, já havia evidências do processo de industrialização que se iniciava. A cidade contava com serrarias que trabalhavam no beneficiamento da madeira retirada das araucárias. Em seguida as fábricas de móveis surgiram. Ramos como indústria de plásticos, de eletrodomésticos e, principalmente, as indústrias de confecção passaram a diversificar a economia da região que antes estava concentrada na produção agrícola e pecuária.

Neste contexto, instalou-se na cidade, um frigorífico de suínos que dava início a indústria alimentícia. Este setor divide, atualmente, o título de polo industrial com as confecções. Já existia também uma indústria de cerâmica e uma de óleo. Data de 1975 a primeira e em 1979 a segunda alfaiataria na cidade.

¹² "A criação de porcos era realizada em sistemas mais “primitivos”. De um lado dominava a criação de porcos soltos no mato – a criação do porco “alçado” – alimentados exclusivamente daquilo que a vegetação fornecia, sobretudo de frutos silvestres tombados ao chão, dos quais o pinhão era o mais alimentício. Neste sistema primitivo, onde o único trato que os suínos recebiam era o sal, os porcos eram criados até atingirem algumas dezenas de quilos, quando então eram vendidos aos safrististas que os engordavam, ou, atingindo certo tamanho eram vendidos aos compradores localizados em União da Vitória [...] O sistema de “safra” constituía a segunda etapa da criação de suínos. O “safrista”, com seus familiares ou com pessoal contratado, embrenhava-se na mata onde abria uma clareira com 10, 25, 50 ou mesmo mais de 100 hectares, aí plantando o milho a partir de agosto. Em meados do ano seguinte, os porcos eram soltos no milharal sendo parcialmente engordados. Eram então tocados a pé até União da Vitória, Guarapuava, Ponta Grossa, Castro e Jaguariaíva, onde eram negociados nos açougues, com comerciantes, ou com os compradores dos frigoríficos ou então vendidos a outros “safrististas” que acabavam de engordá-los". (FLORES apud CORRÊA, 1970^a, p. 92-93)

Em 1977, a família Carvalho veio de Santa Catarina para a região do sudoeste paranaense em busca de trabalho. E encontraram. Estavam passando por dificuldades e tinham expectativa de melhorar a situação. Para uma família de sete pessoas já estava difícil retirar da terra o sustento. Ivete¹³, uma das filhas, veio com apenas dois anos de idade. Aos seis, lembra que seu pai, que trabalhava de carpinteiro precisou fazer uma cirurgia da tireoide. Foi encaminhado para Cascavel e depois para Curitiba, e a família ficou sem ter notícias por dois meses e meio.

Precisaram da ajuda de amigos para poderem fazer a compra do mês. Os irmãos mais velhos tiveram que parar de estudar para poderem ajudar nas despesas da casa. Ivete conta que “Então, uma semana um comprava a carne, outra semana era o outro... Nós nos dividíamos para ajudar. E assim fomos indo, né? Porque meu pai não tinha condição. Então estávamos com muita dificuldade”.

A necessidade fez com que parassem os estudos e começassem a trabalhar. Ivete com 12 anos trabalhou como babá e seus irmãos como engraxate. Em 1992, duas das filhas fizeram um curso de costura industrial¹⁴. Divulgado e fornecido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) foram sorteadas 30 pessoas que iniciaram o curso. As irmãs acreditaram que seria uma boa oportunidade. A trabalhadora se refere a “opção” que tomaram, como se elas estivessem escolhido trabalhar na confecção: “Mas como aqui não tinha muita opção, o ramo aqui é indústria, a gente optou por fazer um curso de indústria e entramos”. Mesmo afirmando que o trabalho na confecção era a única opção, acredita ter escolhido este trabalho.

A trajetória da família de Ivete é comum à de muitas famílias. Os deslocamentos que foram impostos não partiram de uma simples “escolha”, embora a aparência seja esta. Tal escolha foi limitada porque todos teriam trabalho e apenas dois dos filhos poderiam estudar, ou não tem trabalho para todos, mas poderão estudar, ou ainda ter um salário pouco melhor, mas a possibilidade de estudo estava em outro lugar distante da família. Que “escolhas” são essas? Os trabalhadores estão sempre pressionados por onde está a “melhor” condição de sobrevivência. É esta a motivação para escolher. São as condições vividas, reais e concretas que fazem com que os trabalhadores enfrentem

¹³ CARVALHO, Ivete. Entrevista concedida em 28 de agosto de 2013 a Gilvana Machado Costa nas dependências da residência da entrevistada.

¹⁴ Utilizaremos a expressão costura industrial e costureira industrial quando nos referirmos aos trabalhadores que trabalham nas indústrias de confecção e que não tiveram ou não vivenciaram o trabalho de costura em casa.

condições precárias de trabalho. A busca constante por melhores salários, melhores jornadas de trabalho e, portanto, melhores condições de vida e trabalho são o que os move. Os sujeitos têm projetos de vida e buscam alternativas devido às pressões sofridas.

Por volta de 1993, Ivete¹⁵, com 19 anos, começou a trabalhar com costura industrial, na Traymon Confecções. Apesar da pouca experiência, acredita que depois de 4 anos de trabalho lá é que começou a ter uma melhor noção sobre costura. Ivete, hoje com 39 anos não trabalha mais em confecção, mas ainda mora em Santo Antônio do Sudoeste.

Depois de trabalhar 16 anos em confecção, ela decidiu retomar os estudos, antes deixado de lado para poder trabalhar e ajudar na renda da família. Com sucesso conseguiu passar no concurso municipal para agente de saúde. Mas o longo período que se dedicou a costura industrial lhe rendeu dores na coluna e nos braços. Hoje diz não suportar até mesmo conversar sobre o trabalho que realizava. Tivemos uma conversa rápida de pouco mais de 20 minutos. Enquanto conversávamos, olhava a todo o momento para o relógio. Antes de iniciarmos nossa conversa disse que teria aula aquela noite. Quando terminamos disse que poderíamos conversar outra vez, mas não queria mais falar sobre as confecções. Esta relutância foi o que mais chamou minha atenção durante a entrevista. Sem conseguir maior aprofundamento na análise dessa recusa em falar posso afirmar o óbvio: os dezesseis anos empregados no trabalho têxtil são lembrados e marcados pelo sofrimento.

Elias¹⁶ e Gilmar¹⁷ são irmãos, netos de Pedro Machado e filhos de Rosa¹⁸ ambos nasceram em Santo Antônio do Sudoeste e ambos compartilharam com a mãe a experiência de trabalhar na fábrica.

Gilmar, nascida em 1978, começou a trabalhar com 15 anos fazendo artesanatos que aprendeu no clube de mães na comunidade quando moraram em Realeza. Aprendeu a fazer bordados como macramê e vagonite, ambos feitos a mão, algo que exige bastante destreza. Gilmar, com 16 anos, começou a trabalhar nas

¹⁵ CARVALHO, Ivete. Entrevista concedida em 28 de agosto de 2013 a Gilvana Machado Costa nas dependências da residência da entrevistada.

¹⁶ COSTA, Elias M.. Entrevista concedida em 29 de agosto de 2013 a Gilvana Machado Costa nas dependências da residência do entrevistado.

¹⁷ SOUZA, Gilmar C. Machado de. Entrevista concedida em 30 de agosto de 2013 a Gilvana Machado Costa nas dependências da residência da entrevistada.

¹⁸ A trajetória de Rosa será explorada no segundo capítulo.

confeccões em 1994 e resume sua rápida adaptação ao fato de "já ter costura no sangue". Não tinha experiência com costura industrial, mas tinha conhecimento por conta da experiência obtida em casa com sua mãe. "Ter costura no sangue" é parte de um aprendizado cultural cuja utilidade é testada na feitura de roupas para a família ou em reparos que prolongam a vida de calças, vestidos, bermudas e camisas, algo essencial para uma economia doméstica empobrecida. Pois é desta habilidade que as fabriquetas de roupas se utilizam, economizando no processo de formação ou para o trabalho de pessoas como Gilmara.

Acredita que por isso "pegou fácil". Essa facilidade está expressa na sua narrativa:

Gilmara: Peguei [aprendeu] fácil porque já tinha noção e ali comecei. [...] Com costura mesmo. O chefe de produção pediu se eu tinha noção de costura, falei que sim. Me mostrou, nunca esqueço. Ele [chefe de produção] chegou com uma lateral, uma perna de calça cortada, só cortada e pediu o que era aquilo. Eu falei: é um traseiro de uma calça social. Nisso ele já viu que eu tinha noção.

Gilmara valoriza a experiência adquirida em casa com sua mãe. Avalia que foi por isso que não precisou passar pelas etapas iniciais e foi logo para a máquina. O fato de ela identificar uma peça cortada lhe garantiu a vaga no posto de trabalho. Do ponto de vista do capital, além de se aproveitar do aprendizado para o trabalho, sem ter de pagar por ele, a organização do trabalho, muitas vezes, esbarra num tipo de resistência que cresce à medida que o trabalho se mostra repetitivo e monótono. No caso de Gilmara, sua resistência se configura na dificuldade encontrada por ela em conciliar trabalho e estudo.

Gilmara: Mas é bem difícil! É bem difícil mesmo. Eu estava concluindo o segundo grau. Então, trabalhar era puxado, porque fábrica é linha de produção, é produção. O dia todo lá sentado você em cima de uma máquina o dia todo. Você chegar em casa tomar um banho correndo, fazia um lanche e ia para escola. Cansa, dá sono, então é bem complicado. Bem difícil.

A rápida adaptação no trabalho trouxe, por outro lado, problemas nos estudos. Gilmara não conseguiu conciliar estudo e trabalho, devido a jornada de trabalho. Sua primeira experiência fabril foi suportada por 7 meses:

Gilmara: Quando eu fui pra fábrica eu digo que não consegui. Os primeiros meses foi beleza, depois eu não consegui aguentar. Porque era o primeiro emprego fora, puxado, registrado, mas era muito para mim, né? Não consegui.

O fato de não conciliar estudos e trabalho é para Gilmara uma derrota e ser justificado pela ideia de ter sido o primeiro trabalho fora. Essa imposição de que o trabalhador tem que conseguir fazer tudo ao mesmo tempo, para atingir algum “sucesso” na vida é em grande medida difundido por meios de comunicação. Como por exemplo, o Jornal de Beltrão que tem circulado há 25 anos via impressa e desde julho de 2011 com versões eletrônicas, e dissemina a visão hegemônica dos patrões.

O Jornal de Beltrão¹⁹ de 08 de março de 2013 trazia, na sua versão online, a seguinte matéria: “Costureiras com muito orgulho!” seguido de uma imagem cuja legenda é “A Indústria têxtil emprega 1,3 milhão de mulheres no Brasil.” Assim o jornal evidencia a defesa dos industriais da região no seu discurso, além de propagandear uma visão positiva do trabalho fabril.

No pequeno texto o jornal traz uma costureira que tem orgulho de seu trabalho. O orgulho da trabalhadora é atribuído ao suor e muito trabalho com que se dedicou para criar um filho e uma sobrinha. O texto traz pequenos trechos de uma possível entrevista em que os recortes são precisos, pois todos enfatizam o gosto pelo trabalho e em como o trabalhador deve se dedicar para ter uma carreira de sucesso. Entretanto, não faz menção às condições de trabalho, as jornadas de trabalho acrescidas na maioria das vezes de horas extras.

A legenda da imagem que aponta o número expressivo de mulheres ocupadas no setor têxtil é naturalizada pela necessidade de complementação da renda. O autor da matéria fez o dever de casa, pois traz uma dissertação de mestrado e dados do CAGED para embasar seu raciocínio. Tanta prudência para logo em seguida apresentar a contradição. A segunda trajetória apresentada pelo jornal é de uma chefe de produção que quando era solteira o pai não deixava trabalhar. Mas quando casou “fui atrás de ser costureira, porque eu gostava disso”. Há quatro anos é chefe de produção e o jornal reforça que com dedicação é possível “crescer na profissão”. A contradição está no fato de que se por um lado a primeira costureira que tem dedicado 30 anos de sua vida ao

¹⁹Jornal de Beltrão, ano 19 nº 3047, Francisco Beltrão – PR, sexta feira, 08 de março de 2013. <http://www.jornaldebetrão.com.br/noticia/103900/costureiras-com-muito-orgulho>

trabalho no setor não atingiu tal feito, mas tem orgulho do que faz. É enfatizada a satisfação pessoal. Já a costureira que virou chefe, “mesmo tendo mais responsabilidade”, ostenta (como aparece no texto) melhor função no setor. A questão salarial não aparece, mas é algo intrínseco, mesmo que não seja tão expressivo.

O texto no jornal transformou duas trajetórias comuns em duas histórias de sucesso, ressaltando apenas a satisfação encontrada no trabalho. Em nenhum momento o jornal apresenta falas sobre as dificuldades, as condições de trabalho, as duras jornadas de trabalho, etc. Apenas reafirma a visão do empresariado local dando ênfase a costura industrial como caminho para se ter satisfação no trabalho.

Cabe ressaltar aqui que encaro esse meio de comunicação como um reflexo das realidades passadas e presentes, considero tal jornal como detentor de uma prática social constituinte da realidade social, que modela formas de pensar e agir, define papéis sociais e generaliza posições e interpretações (MACIEL, 2004, p.15).

As condições de trabalho vivenciadas pelos trabalhadores só fazem sentido para eles mesmos. Digo isso, porque o Jornal de Beltrão divulga com alguma frequência como o sudoeste do Paraná vem mantendo o título de pólo em confecções. Entretanto, não há menção alguma sobre como de fato é realizado o trabalho nas confecções ou dos sacrifícios que os trabalhadores fazem. Não seremos ingênuos de acreditar que um jornal que compartilha e dissemina a visão do patronato da região iria de alguma forma denunciar pensamento favorável aos trabalhadores.

A trajetória da trabalhadora Gilmara e seu irmão Elias não se enquadram na análise do jornal. Gilmara sempre trabalhou na máquina, diferente de seu irmão que iniciou na fábrica como auxiliar de produção. Porém, ambos vivenciaram a experiência de serem encarregados de produção. Gilmara diz que “não gosta de mandar”. Que por conta da pressão gerada pelos patrões não gostava de ser chefe. O adicional no salário era o único atrativo. “É mais fácil sentar e costurar”, mas por dominar a costura foi encarregada de produção em duas das fábricas em que trabalhou. Elias em seu último trabalho era pilotista, função que exige a produção da peça piloto que circulará na produção como modelo a ser seguido. Enquanto Elias foi encarregado de produção internalizou as regras da empresa. Desenvolvia esta função de maneira enérgica. Tanto que sua mãe Rosa, ouvia reclamações dos colegas que trabalhavam na mesma fábrica que ele.

Elias nasceu em 1980 em Santo Antônio do Sudoeste e tem sua jovem trajetória de vida marcada pelo trabalho. Desde os 13 anos trabalhou como boia-fria ainda na cidade de Realeza e como servente de pedreiro na cidade de Ampére. Ia e vinha todo dia de Realeza a Ampére, percorrendo um trecho de 22 km em 25 minutos que no final do dia somavam 44 km em 50 minutos e a noite estudava.

Em 1994, quando sua família se viu obrigada a mudar de cidade para trabalhar ele ainda trabalhava de servente. Quando chegou a Santo Antônio trabalhou por um mês numa fábrica de sofá e aos 17 anos começou a trabalhar na indústria de confecção como auxiliar de produção. Esta função consiste em abastecer as máquinas de serviço. É muito comum nas fábricas de confecções jovens iniciarem por esta função. Abastecer as máquinas de serviço permite o trabalhador se “familiarizar” naquele espaço, pois passa a conhecer as máquinas, as peças, e como cada costureira realiza as operações.

No caso de Elias, isso não foi diferente. Dos dois anos que trabalhou na Dinobre Confecções, iniciou como auxiliar e depois de um ano passou para a máquina para fazer o passante. Esse aprendizado dispensa que o trabalhador realize algum tipo de curso, além de prepará-lo para as diferentes operações. E quando o trabalhador muda de função, no caso, para máquina, seu salário sofre uma pequena melhora e é considerada uma conquista “passar” para máquina. Ao final de dois anos dedicados àquela fábrica, teve a notícia do processo de falência.

A fábrica em que Rosa e seus dois filhos foram trabalhar confeccionava camisas sociais. As encomendas vinham de São Paulo e também era produzido marca própria. Gilmar trabalhou lá por mais ou menos sete meses e saiu para trabalhar em outra fábrica. Elias e Rosa ficaram e sofreram juntos com mais 180 trabalhadores um verdadeiro “calote” do dono da fábrica. Ele abriu falência e os trabalhadores não receberam salário e nem puderam sacar o fundo de garantia, pois não havia sido depositado. Conseguiram a liberação apenas do seguro desemprego mediante o pagamento da multa que na época era o equivalente a quinze reais. Conseguiram receber uma pequena parte da remuneração em mercadorias, no caso camisas.

Para uma cidade pequena onde uma fábrica paga seus funcionários em mercadorias resultou que pouca coisa eles conseguiram vender. O marido de Rosa acabou usando no trabalho o que sobrou do acerto em camisas.

Depois de mudar de cidade e vir trabalhar numa fábrica que faliu, como diz Rosa, “nos sentimos perdidos sem saber o que íamos fazer da vida”. Esse sentimento se

expressa na necessidade que tinham de manter a família, morando de aluguel, sem salário e numa cidade “nova”. Em contato com outros colegas e parentes que trabalhavam em outras fábricas souberam que em Ampére tinha trabalho. Santo Antônio já tinha naquele período várias fabriquetas, mas todas no nível familiar, montadas na garagem ou numa peça da casa com no máximo quinze funcionários.

Num sábado à tarde do ano de 1999, foram Rosa e seus dois filhos para Ampére fazer um teste na fábrica Fabelle Confeções que produzia calças jeans feminina. A dona da fábrica, ao ver que já tinham experiência, queria que eles começassem na segunda feira seguinte.

Naquela fábrica, aprenderam o significado da hora extra. Rosa que sempre costurou em casa, podendo cuidar da casa e dos filhos, viu ali uma experiência difícil. A jornada iniciava as sete e meia da manhã. Tinham uma hora de intervalo para o almoço e término as dezessete e quinze da tarde. Dificilmente saiam este horário, e sim entre oito e oito meia da noite. De acordo com Gilmara, eram avisados às cinco horas da tarde de que tinham que ficar fazendo hora extra: “éramos reféns”. A vida era a fábrica. Moraram em Ampére por onze meses e voltaram para Santo Antônio. De todos, apenas Elias ficou por lá trabalhando na Krindges.

Em 1999, Gilmara havia se casado, mas para diminuir a despesa com aluguel continuaram morando todos juntos. No retorno para Santo Antônio, o que se percebe é que as fabriquetas agora tinham se tornado maiores, variando entre 30 a 120 funcionários.

Por já terem experiência, conseguiram sem dificuldades retornar às fábricas de Santo Antônio. Os trabalhadores da fábrica falida foram absorvidos por pequenas fabriquetas resultando num aumento repentino de estabelecimentos *faccionistas*²⁰.

De acordo com o Ipardes em 1996 foram registrados 13 estabelecimentos em Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos e 30 para o ano de 2004, com um total de emprego formal de 729 contra 184 de 1996. Esse considerável aumento fez com que a cidade se tornasse um pólo em confecção de roupas.

A família, com exceção do pai, seguiu trabalhando nas confecções. Depois de dez anos dedicados ao trabalho na costura industrial, Rosa desenvolveu problemas no

²⁰ Derivado da expressão *faccão*, o *façonismo* é um sistema de trabalho correspondente a simples prestação de serviços. E *faccionista* é a pessoa que intermedeia o processo entre uma grande empresa e o trabalhador que prestará o serviço, seja ela uma empresa ou uma costureira domiciliar.

braço, bursite e uma espécie de tendinite. Em 2007, não aguentou mais as dores fortes e depois de muitas perícias feitas no INSS conseguiu aposentadoria por invalidez. Conseguiu provar que não servia mais para aquele trabalho. Na última fábrica em que trabalhou, eram produzidas calças jeans e por ser um tecido pesado, só fez forçar ainda mais seus braços para realizar as operações.

Em 2001, Gilmara com sua família mudou-se para a cidade de Pato Bragado para trabalhar em uma fábrica que o dono negociou com a prefeitura da cidade, motivados para resolver o problema de “falta de trabalho” naquele lugar. Gilmara e seu esposo, foram para Pato Bragado com a expectativa de ganharem melhores salários e melhorar a condição de vida. A renda melhorou um pouco, mas por pouco tempo, porque depois de 7 meses o patrão decretou falência. Depois disso mudaram-se para Bandeirantes, Mato Grosso do Sul, no ano de 2010 para trabalhar em uma fábrica.

A trajetória de Gilmara é marcada pela constante reconstrução de laços sociais:

De Santo Antônio para Realeza, eu não tenho noção porque eu era muito pequena. Então, para mim, eu até pouco tempo eu achava que tinha nascido em Realeza. Me criei lá, então para mim a cidade natal era Realeza. Quatro anos, era muito pequena. Eu tenho Realeza como minha cidade natal e não Santo Antônio. Santo Antônio quando eu vim pra cá, era como se fosse uma cidade nova, diferente. A gente só vinha pra cá, passear na vó. [...]. Quando saiu de lá foi difícil. Porque como eu falei, eu me criei lá. Eu e um irmão que eram os mais velhos, então as amizades lá, tudo, amigos de infância a gente tem lá e não aqui. E não em Pato Bragado e nem Ampére. Em Ampére eu não fiz amizade nenhuma porque não tinha tempo para nada. A gente sempre comenta, você não vai em casamento de ninguém, você não tem afilhado, porque você não fica num lugar²¹.

Nas várias mudanças que Gilmara e seu marido Marcos realizaram estão presentes a expectativa de melhora. Ela acreditava que pelo fato de, na época ainda não terem filhos seria mais fácil arriscarem-se “Eu sempre pensava assim, enquanto você não tem casa, você não tem filho, a hora de tentar era aquela hora. Que depois tudo fica mais complicado. Não pensamos duas vezes”. Diante da jornada de trabalho que estavam enfrentando, decidiram tentar:

²¹ SOUZA, Gilmara C. Machado de. Entrevista concedida em 30 de agosto de 2013 a Gilvana Machado Costa nas dependências da residência da entrevistada.

O dia inteiro na CSA e a noite nós cortávamos ali. Aí eu ajudava ele. Era só nós dois. Então nós saíamos da CSA ia pra casa, fazia um lanche, tomava um banho e ia ali pra ele [Robson da Ciazanil]. Aí só cortava. Eu ajudava ele [marido] a infestar, cortar, separar o corte, deixar prontinho para o pessoal chegar no outro dia trabalhar. Então nós trabalhávamos até... dependendo do tamanho do corte, meia noite, meia noite e meia, uma hora, uma e meia, até duas horas nós ficamos. Conforme o tamanho do corte, você tinha que terminar aquele corte. [...]. Nós era só nós dois. Não tinha filho. É, vontade de ganhar mais de ter alguma coisinha. Que nem, nessa época conseguimos comprar o carro né? Quem não quer ter? Só tinha o fusquinha veio. E nessa época conseguimos então, comprar um carrinho melhor. Por que? Porque era um extra. Um esforço extra. Claro que nessa época não existia você sair um final de semana, não existia um baile nada. Porque você estava morto final de semana. Mas que nem, conseguimos comprar o carro, conseguimos até comprar um terreninho ali parcelado e coisa e tal. Então por isso que você pensa né? Como que vai conseguir isso sem trabalhar ou só trabalhando o normal no dia você se mantém né? Você paga a despesa, você paga o aluguel. Então com esse extra que você consegue comprar uma coisa extra, que foi o que aconteceu. No caso, ali que conseguimos comprar o carro com esse extra.

A dupla jornada era para Gilmara a garantia de uma condição pouco melhor vida. Todo o trabalho empreendido resultou num carro que serviu para comprarem a lanchonete depois que a fábrica de Robson faliu.

Conforme foi indo a fábrica e a gente vendo o que estava acontecendo e gostamos de morar lá [Pato Bragado], começamos a pensar. Tá, mas e se nós comprar essa lanchonete? E foi, foi e acabamos fechando negócio com o cara lá nessa lanchonete. Então, outra coisa nova que nunca tinha feito na vida. Nunca tinha nem se quer trabalhado com isso. Mas enfim, era pequeno. Era um lugar pequeno. Era um valor pequeno. Falei, vamos tentar ué! Também não deve ser uma coisa tão difícil, e compramos essa lanchonete. Aí então quando a fábrica fechou nós já estávamos com a lanchonete. Já tinha uma fonte de renda. E se viramos lá. Sem ter noção, mas fomos se virando.

Na lanchonete Gilmara considera como boa a experiência que tiveram pelo fato de, “É aquela história, quando você é funcionário você não vê a hora de ser patrão. Ah eu quero ser patrão! Então, lá a gente era patrão. Então era bom. E é uma coisa que não era puxado. Não era aquela correria da fábrica.

Quando assumiram a lanchonete ainda estavam trabalhando na fábrica. Batiam cartão durante o dia e a noite eram “donos” de si.

Por mais ou menos dois anos ficaram com a lanchonete e neste período planejaram e tiveram o primeiro filho, “Aí como era tranquilo, durante o dia tudo. Pensei, aqui vou poder cuidar do meu filho. Porque não vou estar numa fábrica o dia inteiro e não ter que largar na creche, como normalmente acontece.

Mesmo mudando de ramo de trabalho por um tempo, Gilmara não parou de costurar, “Toda vida. Que nem eu falei. Tinha minha máquina em casa. Eu sempre fazia minhas roupas, eu sempre.... Eu gostava e gosto até hoje. Sentia falta de costurar. Toda a vida costurando”. A relação que ela estabelece com a costura é de identidade.

Enquanto estavam trabalhando na lanchonete surgiu uma proposta de trabalharem em sociedade no único hotel da cidade. A estabilidade que existia enquanto trabalharam só na lanchonete, não era mesma quando aceitaram trabalhar em sociedade no único hotel da cidade. Durou seis meses. Porque o trabalho pesado ficava para eles, enquanto o outro sócio viajava e deixava as responsabilidades de lado. Enfim, desfizeram a sociedade e saíram do hotel.

Durante os sete meses que trabalharam em sociedade eles alugaram a lanchonete para outra pessoa. Esta pessoa demonstrou interesse de compra, fizeram um acordo que não foi cumprido. Pois a pessoa “comprou” e não pagou.

Desfeita a sociedade no hotel eles compraram uma mercearia acreditando que o comprador da lanchonete cumpriria o acordo. Diante da necessidade de ter uma fonte de renda se possível ainda como “patrões”, arriscaram-se na compra de uma mercearia.

Ariscaram-se porque segundo Gilmara, “nós não tinha noção de tocar um negócio” e atribui a isso ao fato de não ter, novamente, dado certo. Na mercearia foi agregado a venda de gelo e gás. O trabalho, segundo ela, era dobrado.

Mas ainda eu lembro que nós falava. Não, na mercearia a gente vai trabalhar de dia, né? No hotel era de noite. Às vezes chegava de madrugada gente lá pra dormir e você tinha que atender. Então, que nem eu falei. Você vai achando que esse aqui é melhor, achando ah de dia e melhor. E foi, foi, mas também não conseguimos, não deu certo.

As tentativas fracassadas são atribuídas a vontade de ficar morando em Pato Bragado. Gilmara, mais de uma vez repetiu que “era muito bom de morar lá”.

Porque a gente já tinha feito amizade. O lugar bom de morar. Uma cidadezinha boa, pequena. Lá não tinha favela, você podia sair, né? Não tinha, vamos dizer medo, vim tarde coisa e tal. Tinha a prainha lá

pertinho que era um lugar bom, gostoso, refúgio. Aquilo lá era um refúgio. Não era muito longe da família, era perto. Então, aí como já tinha criança, se dependia de médico e coisa, lá era bom era tudo fácil. Você não precisava ir lá e ficar num fila horas e horas esperando com uma criança para ser atendida. Não. Você ia lá, por ser uma cidade pequena e ter esses royalties, atendia bem. Os médicos eram bons. O médico lá era o mesmo desde que as crianças nasceram era o mesmo que atendia sempre. Então isso tudo juntava.

Esta é mais uma evidência de que o trabalhador avalia sua condição atual a partir de suas experiências vividas. Gilmara expressa também uma visão preconceituosa da vida na periferia. Como se a favela fosse o reduto do crime e da bandidagem. A favela é o resultado da organização da cidade que marginaliza os trabalhadores.

Em Santo Antonio, o antigo patrão do marido de Gilmara procurava alguém para trabalhar no corte de uma fábrica que ele estava abrindo em Bandeirantes no Mato Grosso do Sul. Diante da situação que se encontravam em Pato, devendo dinheiro para agiota, e as contas se acumulando decidiram por mudar de cidade.

Num primeiro momento foram como professores do SENAI para dar curso de costura. Por quatro meses receberam do SENAI em convênio com a prefeitura de Bandeirantes. O dono da fábrica, que já tinha duas em Santo Antônio, recebeu todos os incentivos possíveis para abrir esta em Bandeirantes.

O curso foi dado em três turnos de 4 horas para 120 trabalhadores por 90 dias. Gilmara afirma que “nós não estava aguentando, muito puxado e nós era em quatro professor. Eu meu marido e mais colegas daqui[Santo Antônio]. Aí foi reduzido para três horas então, né? Mas isso tudo era acompanhado pelo SENAI”. No final, dos 120 que participaram do curso, foram contratadas 60 pessoas para iniciar a fábrica.

Esta estratégia de treinar um maior número de pessoas e contratar, no caso, metade, garante ao capital uma mão de obra reserva passível de ser explorada, principalmente por se tratar de uma cidade em que o que predomina é a atividade agrícola. Ou como Gilmara diz “o pessoal lá conhecia... os maquinários que eles conhecem lá é colheitadeira, trator, não máquina de costura”.

Em maio de 2010, a fábrica dá início a produção como prestadora de serviço para facionistas de São Paulo. A grande facionista é a Aziz Nader que primeiro aparecia como fabricante de tecidos agora é quem domina a distribuição de serviço entre as prestadoras de serviço. As marcas Pernambucanas, C&A, Walmart, contratam a

Aziz Nader e esta terceiriza a produção para prestadoras de pequenas fábricas, seja as Santo Antônio do Sudoeste como em Bandeirantes.

A função de Gilmara era cuidar da produção e seu marido do corte. Mesmo que na sua bagagem já havia sido encarregada, já trazia consigo a experiência de outras fábricas, diz ter sido muito difícil.

Eu não consigo. Tem pessoas que chegam e xingam e tal. Eu não consigo ser assim. Não consigo chegar na pessoa e falar você tem que fazer. Não sou desse jeito. Então eu acho que por isso eu não consigo chegar xingando. [...]. Eu via que acontecia isso com outras colegas com muitos e eu não gostava. Que jamais acontecesse aquilo comigo. Então eu não gostava de fazer aquilo com alguém também. Então pra mim era muito difícil ser encarregada. Eu não gostava. Eu gostava de ensinar.

A dificuldade era ainda maior porque o patrão cobrava, bruscamente, produção dos funcionários. Para Gilmara, o prazer de poder ensinar, passar sua experiência foi tomada pelo desânimo. O patrão queria que a produção fosse igual aos números da fábrica de Santo Antônio. Mas por ser uma produção num lugar onde es te ramo era novidade os trabalhadores quando pressionados saiam da empresa.

Se você cobrasse muito eles saiam. Tipo assim, aquele emprego pra eles não fazia falta. Eles já estavam vivendo sem aquilo antes. Então era muito mais difícil. E o patrão queria que saísse. Que produzisse como aqui[Santo Antônio].

Uma mão de obra adestrada é fácil de controlar e exigir produção, como é o caso das fábricas de Santo Antônio. No caso de Bandeirantes, a fábrica faliu. Não estava sendo feito o depósito do INSS. O patrão descontava a porcentagem dos trabalhadores e não depositava. Até que um funcionário descobriu. O fato de ser a única fábrica e numa cidade pequena não demorou para que todos soubessem o que estava acontecendo. Segundo Gilmara “sabia que ele já estava meio devendo [...] nós sabíamos de dentro da fábrica. Do administrativo nós não sabíamos”. O resultado dessa dívida trabalhista é que também não conseguia quem fornecesse produção.

Daí por causa dessa documentação dessas coisas, essa Aziz Nader, por exemplo, que é o grupo de São Paulo, pra você trabalhar pra eles tem que estar tudo em dia. Tudo certinho. Porque é uma empresa recente. Que nem eu falei, eles trabalham com grandes marcas, não é

brincadeira. Uma C&A, por exemplo. Então como que você vai trabalhar sem a documentação estar certa. Então eles já estavam pedindo isso pra ele[patrão], mas ele não conseguia porque o FGTS atrasado, ele não conseguia.

E novamente quem arcou com o prejuízo foram os trabalhadores que para poderem receber seus direitos tiveram que entrar com ação na justiça. Mas até o momento da entrevista não havia sido solucionado.

Com a fábrica a beira da falência, Gilmara pede demissão e mais tarde seu esposo também sai. Ela começa a costurar em casa e com isso garantir a renda da família. Mas depois de dois anos e meio em Bandeirantes longe da família, seu pai havia passado por uma crise de labirintite, decidem que era hora de voltar para Santo Antônio. Até porque lá não tinha trabalho para seu esposo, que era cortador de profissão. No momento da entrevista ambos estavam sem renda fixa. Ele estava ajudando sua mãe na padaria e ela continuava a costurar e realizar consertos em casa.

A trajetória diversa de Gilmara, cheia de idas e vindas e de constante construção de relações sociais é comum também a trajetória de Elias, seu irmão.

Elias também já casado percorreu as cidades de Santa Isabel do Oeste, Bom Jesus do Sul, em busca de melhores condições de vida e trabalho. Mas todos os caminhos os levaram de volta para Santo Antônio do Sudoeste.

Elias trabalhou com sua mãe e irmã por 17 dias na fábrica Fabelle. Pelo fato de as patroas serem “mal pagadoras” e com medo de sofrer com um possível processo de falência ele fez ficha na Krindges. Logo foi chamado e começou trabalhando no almoxarifado separando todos os aviamentos necessários para a feitura de cada peça na remessa. Era um trabalho mais dinâmico. Trabalhou por 9 meses nesta função. Depois de passar por um concurso interno passou a função de dar entrada em todas as peças (calças e camisas) que seriam produzidas na fábrica. Na época, lembra que era em torno de 10 mil peças diárias para 1150 costureiros.

Enquanto o restante de sua família havia voltado para Santo Antônio, Elias fica morando em Ampére. Dividiu despesas com colegas de trabalho em uma república. Passados dois anos ele retornou para Santo Antônio e foi trabalhar numa fábrica de calça social. Era uma fabriquetinha pequena. Trabalhou lá por um mês e enquanto isso fez ficha num posto de combustível. Não demorou muito foi chamado.

No posto trabalhou como caixa por pouco mais de um ano. Considera esta experiência como boa, mas trabalhava o dia todo no sábado. Afirma que devido à falta de fiscalização trabalhavam de nove a dez horas por dia e não tinha hora extra.

Enquanto a gente não sabe disso, tudo bem. Mas quando a gente entra e começa a se informar e ligar para o sindicato, se informar disso, se informar daquilo e começa a ver os direitos, daí que a gente começa a ver o que está errado, que percebe. Daí trabalhar sábado o dia inteiro, né? Essa era a parte ruim, né?

Ainda em relação a esta experiência Elias relata a sacanagem que o dono do posto fazia com seus funcionários para aliviar a carga tributária:

Como eles eram de costume, tinham duas três empresas, tinha o Posto Fochezatto, o Fochezatto Tintas e transportadora Fochezatto. Então com essas 3 empresas eles ficavam jogando os funcionários de uma pra outra. E todo mundo ignorante, ia lá e assinava os papel e nem ficava sabendo. Naquela época não se pagava de chegar final do ano e pagar quando vencia. Final do ano pagava décimo e quando vencia as férias tirar férias e receber tudo certinho, naquela época não tinha isso. Você trabalhava e quando saía ia receber isso. Por isso que dava tanto problema com justiça. [...] E eu saí por causa de uma dessas vezes. Que daí o seu Severino, o dono lá, me chamou pra mim assinar as folhas das férias. De fato, já fazia um ano e um mês, então estava, tinha direito a férias já. Eu não lembro se já tinha conversado de vender férias. Eu tinha vendido as férias, se não me engano. Mas tinha que assinar a papelada, com certeza vender férias era frio, porque não pode vender tudo e tal. Não sei como era a legislação na época. Mas quando eu cheguei pra assinar a folha de férias era a rescisão de contrato. Daí não gostei daquela situação lá e sai. Por tentar passar a gente pra trás, daí já não deu certo. Daí saí.

Saiu do posto em 2002 e foi trabalhar na Fazione Marcare, também de calça social cujo dono era o Robson. Nesta fábrica ele conta que devido a experiência adquirida em outras fábricas ele passou de costureiro a auxiliar da encarregada por perceber as “falhas” na organização da produção. Elias conta que chegaram um dia para trabalhar e foram chamados para uma reunião em que o dono disse que a partir daquele dia todos estavam recebendo o aviso prévio de 30 dias, pois a fábrica iria fechar, além de intimidar os trabalhadores dizendo que “todo mundo tem que se garantir no serviço”. Segundo Elias na fábrica “era bem bagunçada assim”. Após o término da reunião, Elias procura o dono e diz:

Eu não tenho que provar nada pra ninguém. Meu serviço que vem ali pra mim eu faço. O que está bagunçado e o que está desorganizado é porque a encarregada não vence. A encarregada vive costurando, não vence. Era uma turma grande, de 30 e poucos funcionários. Grande eu digo pra uma encarregada só. Ela não tinha auxiliar, praticamente se virava sozinha. Então o que acontecia era muita perda de tempo. O costureiro não tinha serviço. O serviço não vinha até o costureiro. Então era muita perda e tempo. Eu falei para o Robson: está errado. O problema não está nos costureiros o problema está na forma de organizar. Está desorganizado.

Elias demonstra sua percepção sobre o processo fabril. Percebe problemas na organização da produção devido sua experiência em fábricas maiores depois ter trabalhado na função de distribuir serviço, abastecendo as máquinas. Elias evidencia o imprevisto por parte dessas pequenas fabriquetas, quando a organização da produção é estranha tanto para o trabalhador como para o patrão. Para o patrão, ter a experiência do trabalhador capitalizada significa melhoras na sua produção e consequentemente o aumento dos lucros. Elias enquanto trabalhador gostava de ter seu trabalho reconhecido, mesmo que para isso algumas vezes não era bem visto pelos seus colegas.

Mas diante do aviso prévio dado a fábrica fecha em Santo Antônio e o dono a reabre em Pato Bragado, cidade localizada no oeste do Paraná. Elias foi junto. Para montar a fábrica em Pato, Robson recebeu a infraestrutura da prefeitura da cidade. O barracão, maquinários, e o curso básico de costura também foi providenciado pela prefeitura. Tudo isso com o argumento de que em Pato Bragado não havia empregos. Sobre como Robson sabia que em Pato teria todo este amparo para montar a fábrica:

Não sei. Era escondido, mas o vice-prefeito era sócio. Como ele descobriu eu não sei. Nunca fiquei sabendo. Mas era política. Porque até as promessas eram grandes. O Robson estava bem empolgado. Que mais tarde o vice-prefeito, como tinha tudo na mão, porque estava dentro da prefeitura. De certo os vereadores, a maioria pelo menos, a favor dele, contava certo assim que iria montar uma lavanderia. Que lá não tinha lavanderia, era tudo de Toledo. De certo ele viu esse mercado lá, né? Então prometeu para o Robson que ia dar uma lavanderia para o Robson. Lógico, eles por debaixo dos panos iam ser todos sócios. Tudo as meia.

Elias nos dá uma demonstração de como o investimento público beneficia essa mobilidade do capital.

Gilmara que compartilhou com seu irmão a experiência de trabalhar na Fazione Marcari, apresenta sua visão sobre a abertura da fábrica em Pato Bragado:

Agora que a gente tem bem mais noção, bem mais experiência. Quase que todos os municípios têm um secretário de, lá dentro [da prefeitura], que procura. Que procura né? Eu sei isso porque lá no Mato Grosso a gente teve mais contato com uma pessoa assim. Também não lembro o nome do.... Por exemplo, aqui em Santo Antônio não precisa disso porque tem muita fábrica aqui. Até que nem ganha muita, nem tem muita oportunidade também, por exemplo, de ser ajudado pela prefeitura ou coisa assim. Agora, existem municípios que tem um padrão e não tem empresa. E não tem alguém que traga. Por exemplo, Pato Bragado é cidade pequeninha que eu nem sabia que existia e muita gente nem deve saber que existe. Bem pequena a cidade, só que muito estruturada. Tem essa história dos royalties lá. Então é uma cidade que gira dinheiro, que tem dinheiro pra manter a cidade, mas não tem emprego lá. Tem uma fábrica ou duas. Então tem muita gente lá sem emprego. Então ele [Robson] como caçava e pesquisava, isso não sei exatamente como, mas ele entrou em contato. Ele andou pesquisando, não é que ele pesquisou lá. Ele procurou como o Beto [patrão de Mato Grosso] aquela vez. Procurou onde que tinha essa abertura e essa ajuda. No caso lá, ele ganhou uma fábrica montada, maquinário, tudo. [...] Enfim, ele ganhou o maquinário completo, 30, 35 máquinas, barracão. Não pagava aluguel nem pra ele morar nem da fábrica nada.

Mas em relação a produção lá era um novo sistema de organização. Elias conheceu a célula de produção. Conta que foram para Toledo conhecer esse sistema e na fábrica foram montadas 3 células. Lembrando que também foram para Pato Bragado para trabalharem na mesma fábrica, sua irmã Gilmara e Marcos, o esposo. Cada um ficou responsável por uma célula de produção.

A organização da célula apresenta geralmente o formato de círculo, com um grupo que pode variar de 6 a 8 pessoas. A quantidade de trabalhadores vai depender o tipo de peça a ser produzida. Um dado interessante desse formato é que todos realizam as operações. Se por um lado foge ao trabalho monótono e solitário de uma única operação, ele também revela a facilidade das operações. O que permite todos realizarem com bastante rapidez e agilidade finalizando a peça dentro do pequeno grupo. Este sistema é usado quando a produção é variada, por exemplo, 'modinhas', aonde os modelos são variados.

De fato, a fábrica faliu. Trabalharam por 6 meses. Não pagava. Todos os funcionários entraram na justiça.

Elias: Deu o nó em muito funcionário, nas férias ali e tal. Uns rolos lá. Não pagou certo ninguém. O pessoal se revoltou. Ficou devendo

muita coisa. Chegou em janeiro não pagou. Chegou em fevereiro não pagou, o pessoal cruzou os braços e parou de trabalhar. E daí faliu. [...]. Teve acerto porque a gente pegou uma máquina lá, se não, não tinha acerto. Se não tinha perdido tudo. [...]. Todo mundo foi pra justiça.

O fato de a prefeitura estar envolvida houve a contratação de um advogado. Pelo menos os trabalhadores não tiveram custo com advogado. Houve a apreensão de uma máquina de maior valor que era da Fazione Marcare, e que serviu para pagar o acerto de todos os trabalhadores. Na época era avaliada em 40 mil reais. E ainda sobrou para pagar as dívidas no comércio deixadas por Robson.

Depois de sofrer mais um processo de falência, mudaram temporariamente de ramo e resolveram arriscarem-se numa lanchonete. Elias, trabalhou lá por 5 meses e voltou para Santo Antônio e empregou-se numa pequena fábrica de jeans. Nesta fábrica de jeans a diferença apontada por ele é em relação a produção. Para além do tecido, percebe que o maquinário é específico para aquele tecido. Logo recebeu uma proposta para trabalhar como encarregado em outra fábrica, a Ciazanil. Sua inserção nesta outra fábrica se deu porque sua namorada trabalhava lá e disse que precisavam de alguém que soubesse fazer o bolso traseiro. Então ele foi, mas trabalhou fazendo um segundo turno, no caso, à noite.

Das fábricas que tinha trabalhado, algo comum era presença de roupas da marinha e do exército. A confecção de tais peças se dava através de licitações. Mas o contratante dificilmente era quem produzia, portanto terceirizava a produção.

Licitação, mas não fábrica pequena. Fábrica pequena nem consegue. São as grandes redes que conseguem fazer essa licitação. [...]. Já era terceirizado dos que venceram a licitação. Porque, geralmente, a maioria que vence a licitação nem produção tem, né? São grandes redes, Pernambucanas, sei lá, estilo assim, né? Pra conseguir ganhar essas licitações. E daí terceirizavam para as fábricas pequenas.

Este fato revela a precarização do trabalho nas confecções. Quando uma empresa ganha um pedido de licitação significa que ela apresentou o valor mais baixo. No caso das confecções quando elas têm facções terceirizadas, as peças serão produzidas por um valor ainda menor. Nosso sistema é o capitalista, e, nessa lógica o patrão só visualiza o lucro. Uma licitação ganha por um baixo valor, significa que o salário que o trabalhador da empresa terceirizada será o menor possível e

consequentemente as condições de trabalho serão ainda piores. Nessa conta, mais uma vez quem perde é o trabalhador.

Nesta fábrica que trabalhou a noite, o dono era um antigo colega de trabalho, o Cleder, que foi encarregado de Elias na falida Dinobre. Na fábrica Ciazanil, o feito do bolso traseiro era manual. Digo isso porque em outras fábricas já havia o “maquinão”, a máquina de bolso eletrônica. Esta máquina dispensa o trabalho de pelo menos 5 trabalhadores. Enquanto trabalhou na fábrica de jeans ele aprendeu a fazer o bolso traseiro. Por isso, foi chamado pelo Cleder, para trabalhar em sua fábrica.

Cleder também passou pelo processo de falência, mas Elias acredita que por ele ser encarregado na época, recebeu o que era devido:

Como ele era um dos encarregados, não acredito que não recebeu. Perguntar pra ele, vai dizer que não recebeu, mas eu não acredito. Eu acho que os encarregados receberam. Eram os mais chegados, eram tipo assim, eu acho que até de certa forma esconderam, sabiam e escondiam. Mas a gente acha que por serem mais chegados deles, sabiam, né?

Supõe-se até que com os acertos recebidos é que foi possível Cleder abrir esta fábrica que tinha de 35 a 40 funcionários.

Enquanto realizava seu trabalho noturno, Elias percebia e comentava possíveis problemas. Isso fez com que saísse da fábrica de jeans e passasse a ser encarregado.

Essa nova experiência revela o imprevisto presente por parte do patrão para suprir a falta de um encarregado. Contrata Elias com interesse, mas sem nenhum preparo para trabalhar com um grupo maior de pessoas,

Fácil não foi. Eu não tinha curso não tinha preparação nenhuma. Não tinha... pra falar a verdade, não tinha capacidade. Tinha vontade, tinha interesse, mas eu não entendia o suficiente para isso, né? Não entendia o suficiente de produção, muito menos de gerenciar pessoas. Administrar um grupo de pessoas. Administrar fofoca, administrar intrigas, não tinha curso, não tinha preparação nenhuma pra isso. Nunca tinha feito nada. Fácil não foi.

Sua falta de preparo reconhecida por ele é evidenciada na narrativa de Adriane quando se refere ao tratamento recebido dos encarregados.

Eu acho assim que as pessoas não são preparadas pra chegar e fazer cobrança. E se o chefe não tem preparo e também se um patrão dá uma 'mijada' neles, eles vêm mijando em todo mundo. Eles não têm preparo.

Mas a fábrica em que Elias trabalhava, tinha uma série de problemas que afetavam o conjunto de trabalhadores, “o pagamento não era em dia, não pagavam os impostos, os FGTS, descontavam INSS e não pagavam FGTS”. O patrão conservava um grupo de costureiros mais experientes considerados ‘peças chave’ com pagamento em dia, mas o restante acabava por pedindo a conta. Isso resultava numa rotatividade que era considerada por Elias, como prejudicial, devido ao fato de a produção ser terceirizada e a facção que contratava exigia o cumprimento do contrato. Entre as marcas que terceirizavam estão:

Elias: C&A, Angelo Lítrico, [...], esta marca já produzia lá em Ampére na Krindges. Tem uma bem famosa agora que está tomando conta, não estou lembrando o nome dela agora, depois eu lembro. Ela é uma marca assim... ela tomou conta, tipo assim. A C&A ... contrata ela pra produzir as peças dela. Mas eles, essa marca, eles não têm, não têm uma produção, eles não têm funcionários que produz. Por exemplo, a C&A é a loja, essa contrata: quero tantas peças, nesse tecido, nesse modelo. Aí essa outra empresa produz o tecido, ah é, eles produzem tecido, exatamente. Eles não têm, não têm, isso eles têm a tecelagem. Mas eles começaram a tomar conta. Até então eles só tinham a tecelagem eles vendiam o tecido. Só que eles começaram a ver essa deficiência no mercado, então começaram a tomar conta. Muita facção no interior do país, não só no interior do estado, no interior do país, porque lá de São Paulo pra cá, Rio de Janeiro pra cá né? Então, muita facção. Mas as facções daqui sempre com aquele medo dos faccionistas de São Paulo, porque produzia, produzia tudo certinho trabalhava com ele 5 anos, um dia levava um nó [calote]. Produzia as peças, mandava e não recebia. Daí tinha que ir lá, chegava lá não tinha escritório, não existia nada né? Tinham sumido né? Então tinha esse grande problema. Uma marca nova entrar no mercado era um sério problema. Tipo, uma empresa nova querer mandar fazer peça pra cá. Ninguém queria produzir. Ou os que estavam começando, arriscar a produzir. Quem sabe era confiável, gente honesta, mas o medo de levar esses, levar ferro, então era um problemão. Aziz Nader, é a marca. Eles não têm etiqueta deles. Não existe etiqueta Aziz Nader. Nunca vi etiqueta Aziz Nader. Mas todas as facções da região, da cidade pelo menos é tudo Aziz Nader. Que até então não era. Tipo assim, a C&A tem lá 4, 5 grife: Angelo Lítrico, tem várias né? A própria C&A. São várias grifes da C&A. Então a Aziz Nader começou a pegar tudo isso. Ela pegava da C&A pra produzir tudo isso. Então se tornou uma empresa mais confiável. Claro que ela ganhava em cima disso. Ela foi mais um intermediário, mas ela se tornou uma empresa mais confiável. ‘É pra Aziz Nader’. É diferente né? Hoje em dia por

exemplo, com essa responsabilidade eu as faccionistas tem, no caso de uma empresa falir. Não sei certo a legislação, mas se a empresa falir, a marca que tiver ali dentro ajuda a pagar os custos com os funcionários. Porque eles estavam sendo beneficiados.

As condições precárias de trabalho, o salário insuficiente e as frequentes falências das fábricas de Santo Antônio, podem ser entendidas a partir da relação que estas tinham com os faccionistas. É mais uma evidência de que o grande capital define o que se produz e a maneira como produzir alterando o modo de viver e trabalhar dos trabalhadores. Em Santo Antônio o processo não é diferente. Várias das grandes marcas que existem hoje não tem produção própria, portanto, não tem sequer uma costureira contratada. Toda a produção é terceirizada. Quem arca com as custas com mão de obra são as pequenas prestadoras de serviço que pagam um salário baixo e extraem do trabalhador o máximo que podem em horas extras.

Elias: Nunca conseguia atingir a meta né? Era sempre aquela encrenca, né? Era por contrato, né? As facções de São Paulo, tudo por contrato com prazo de entrega. Vivia fazendo extra, aquela guerra para poder entregar as peças no prazo. Nunca conseguia entregar as peças no prazo. [...]. Não lembro da meta, sei que não vencia, nunca tirava a meta. Não vencia tirar a meta por muitos problemas, né?

Segundo Teresa²², o salário teria que ser maior, “tinha que ganhar pelo menos mil reais de costureira. É trabalhado, é puxado. Tu não tens descanso. Tu não tens 5, 10 minutos pra tu descansar. É puxado, é direto”. A reivindicação da trabalhadora é para garantir o mínimo. Um salário de mil reais, lhe garante a dignidade.

A experiência de Elias na Ciazanil, se encerra justamente por não haver o cumprimento desse direito básico: o pagamento do salário.

Gilvana: Quanto tempo você ficou no Cleder?

Elias: 6 meses.

Gilvana: Você saiu por que motivo?

Elias: Porque não recebia. Em 6 meses eu nunca recebi um salário...cheio. Só vale né? Precisava de dinheiro, ia lá pedir, ganhava vale. ‘Quanto tu precisa Elias?’ Eu preciso do meu salário. ‘Não, não tem’. Era vale, vale, vale. Daí chegou um ponto que chega né? Saí. Na verdade, tanto é que saí pra voltar a costurar...

²² PASTORIO, Teresa. Entrevista concedida em 29 de agosto de 2013. Realizada por Gilvana Machado Costa nas dependências da residência da entrevistada.

Elias saiu daquela produção e vai trabalhar na MDM, como costureiro na overlock. Trabalhou por um mês e surge a proposta de irem, ele e sua esposa para trabalharem em Bom Jesus do Sul, almejando a possibilidade de voltar a ser encarregado, e, portanto, um salário melhor. Por 20 dias ia de moto de Santo Antônio a Bom Jesus um percurso que durava em média 25 a 30 minutos. Enquanto isso sua esposa Geneci cumpria o aviso prévio de 30 dias na fábrica dos Minetto. Passado esse prazo eles se mudaram para Bom Jesus.

Trabalharam lá por um ano e voltaram para Santo Antônio, por novamente enfrentaram atraso de salários. Aquela fábrica se manteve por mais um ano e depois faliu. O ano é 2007 e em fevereiro nasceu sua filha.

Em maio Elias foi trabalhar na Dijuly's como costureiro e sua esposa estava de licença maternidade. Ele ficou na mesma função por um ano. Ele costurava na dupla, ou seja, toda a costura que é feita nas calças *jeans* em que aparece duas costuras paralelas, são chamadas de dupla ou pesponto.

Apesar de ter sido encarregado Elias não dominava todas as costuras com habilidade. Cada operação por mais simples que seja, exige que o trabalhador a realize com agilidade para atingir as metas de produção.

A Dijuly's tem entre 70 a 80 funcionários empregados na produção de marca própria e facção. Neste misto de produção Elias trabalhou por 2 anos e 10 meses e saiu para ir trabalhar na fábrica Blindagem em Santa Izabel do Oeste. Mais uma vez mudaram-se por proposta de melhores salários. Ele como encarregado e sua esposa como costureira ficaram lá por 3 meses. O curto período se deve:

Em Santa Izabel era... meio que... que queriam escravizar assim. Bem complicado. Então... o salário de encarregado era bom, mas pra descer a lenha nos costureiros. Daí já não fazia meu estilo, mas eu não sabia disso, né? Paga pra ver, né? Então eles viram falar que a Krindges [fábrica de Ampére], fazia assim, assim e assim e cronometrava e daí eles queriam fazer. Mas tudo errado. E eu batendo na tecla: está errado não é assim que cronometra. Uma operação, todo mundo tinha que fazer 80 peças por hora, mas independente da operação. Eu falei, não. Está errado. Está errado. A moça que cronometrava não sabia cronometrar. Eu não tinha curso, não sabia cronome.... Não, na época já tinha feito. [...]. Daí eu chamei a guria pra cronometrar. E falei, vem cá. Tira o tempo dele [costureiro] aqui. Ele [costureiro] fazia uma função de pregar o revel no bolso da frente. [...]. Preguar o forrinho aqui ó [mostrou o bolso]. Na verdade, não tinha esse revel, mas mesmo o forrinho tendo o desenho da boca do bolso a gente chama de revel. Porque o outro é o espelho. Então é o revel. Então pregar o

revel na frente aqui. O revel direto no forrinho, pra depois virar e rebater. Numa hora ele [costureiro] ele fez 212 peças. A meta dele era 80. Eu comecei a mostrar onde estava o erro, né? Tá vendo? A meta dele, as metas têm que ser por operação. Essa operação, a meta dele ele faz em 20 minutos. Então, a meta dele vai ser fazer essa função e essa função. Por que? Porque é uma função mais rápida. A outra pessoa que não vence, a meta dele vai ter que ser 70. Alguém vai ter que ajudar. Então digamos que ele fica devendo 10 peças por hora, a produção vai ficar atrasando 10 peças por hora. Então a cada duas horas tu põe uma pessoa ajudar. Pra não deixar acumular. Tipo, a cada duas horas, oh agora tu vai ajudar a fazer, desacomular a função do outro lá porque ele não vence. Então, aí é um cronograma. Porque tu analisa, tu tira o tempo, dá o desconto do, do... uma folga né? Tipo ir no banheiro e tal, tomar água né? Trocar de linha, quando muda a cor da linha ou acabou a linha, dá algum probleminha na máquina. [...] E não tinha isso, e eles [patrões] não aceitavam essa ideia.

A falta de preparo dos encarregados e novamente o improvisado por parte dos patrões tonavam-se uma carga a mais para os trabalhadores.

Elias explica a forma como era definida a meta da produção:

Pra tu ter uma ideia [...] quando aumentou o salário de costureiro invés de ela [patroa] repassar esse aumento pro faccionista né? Oh agora a peça vai ter que. Não vou mais poder fazer nesse preço. Não. Ela [patroa] repassou esse custo nos funcionários. Agora tem que produzir 86 peças. Porque aumentou o salário. Não tem lógica isso! Como que de hoje em diante, antes eu não tinha capacidade de produzir 80 peças agora eu tenho que produzir 86! Daí quando aumentar o salário vai ir pra 95? Da onde essa... não tem lógica isso.

Elias argumenta que o despreparo por parte dos patrões fez com que o contratassem. Ele tinha uma porção de cursos que fez quando trabalhou na fábrica da Dijuly's. Mas na hora de aplicar seu aprendizado esbarrava na administração familiar e no lema “eu sou a dona eu mando”. Para ele o cúmulo foi o repasse do custo da produção para o funcionário e não para o faccionista. Depois de 3 meses decidiram então “cortar o mal pela raiz” e retornaram para Santo Antônio. Além do fato de que não haviam assinado a sua carteira.

Nesse período, foi liberado o financiamento pelo programa Minha casa, minha vida para construir a casa. Sua esposa Geneci voltou a trabalhar na Dijuly's e ele ficou ajudando seu pai Pedro na construção. Poucos dias depois foi chamado de volta na

Dijulys para a função de auxiliar do corte. Ficou por 6 meses até passar a fazer a peça piloto²³ e acompanhar a peça mostruário²⁴ na produção.

Ela [a estilista] colocava no papel, rabiscava lá o desenho. Ele [o modelista] colocava, aplicava isso na modelagem, fazia na modelagem, cortava a peça. [...]. Isso, fazia, colocava no tecido o que ela desenhou no papel e eu fazia essa peça. Mas eles como não costuram, não tem essa noção de costura, então tem detalhezinho que eles não sabem. Então eu consertava isso. [...]. Adaptava, exatamente. Eu facilitava o máximo que eu podia sem deixar, procurando deixar o máximo de igual com o papel. O papel vinha pra mim também pra ver o desenho conforme ela queria. Então eu tentava deixar o máximo, mais parecido possível com o desenho e facilitava o máximo que eu podia para a produção. Então era essa minha função. Então pra facilitar, tinha que mexer na modelagem. Então eu consertava essa modelagem, umas, ora consertar por dar problemas mesmo, ora por mudar, pra facilitar. Então, fazia consertava a modelagem, fazia a peça piloto, e cuidava da qualidade. [...]. Cuidava a qualidade da produção.

Elias imprime na sua narrativa prazer e orgulho sobre seu trabalho. Sua função era dinâmica e envolvia o pensar, diferente da função que desempenhava enquanto era costureiro. A melhora no salário o fez ficar por mais 3 anos na Dijulys. Muitos dos cursos que fez foram incentivados pelo dono da fábrica. Porém, apenas ele e mais um colega faziam os cursos. De acordo com Elias:

Então, empresa familiar. A mulher do Adelar [patrão], uma das donas é a que manda na produção. Não entende. Não faz curso. Não se atualiza e é muito ignorante. Nesse longo tempo, que no total deu 6 anos de Dijulys, todo curso que eu ia fazer eu falava, tem que ir mais gente fazer curso. As encarregadas, a outra encarregada lá, os distribuidores os auxiliares, todo esse pessoal tem que fazer curso e nunca levavam. Era eu e o Silvério. Quando era específico de lavanderia, tá o Silvério também entendia de produção. Então quando era de mecânica e lavanderia ele ia fazer o curso dele. Mas quando era de produção era eu e o Silvério. Todo curso era só eu e o Silvério. E eu batendo na mesma tecla. Tem que levar a Tida [patroa], tem que levar a Ana, tem que levar a Marlene, que eram as outras encarregadas. A Tida era no geral, mas tinha a Ana que era encarregada e a Marlene no acabamento e outros ainda né? No corte eram só 2, mas um era o responsável, tinha que fazer curso né? [...]. A que menos entendia e mais mandava e assim até hoje.

²³ Peça piloto é a peça de referência para a produção, o modelo a ser seguido.

²⁴ Peça mostruário é a peça que servirá de amostra para ser vendida no catálogo.

Durante os 6 anos que trabalhou na Dijulys Elias trabalhou com dois tipos de produção, a de calça social e *jeans*. Mas devido a diferença de maquinário específico para cada produção por dar muito problema “No começo, quando eu entrei lá o social era junto com *jeans*. Mas não dá, o maquinário é outro, não consegue. Dava muito problema, então separaram o social”. Por isso a fábrica passou por uma divisão da produção e levaram uma parte da produção do *jeans* para um distrito da cidade, em Marcianópolis.

Elias reforça que os problemas existentes na produção eram muito mais resultado da má administração, e, principalmente por se tratar de uma empresa familiar. Mas a visão que ele tinha sobre o processo de produção estava muito voltado para a melhoria nos resultados. Desanimado com a falta de oportunidade ele procura trabalho em outra fábrica.

Por fim, a gente ia lá fazer o curso e voltava e nem falava nada, porque não adiantava né? Um dos problemas é porque a Tida [patroa] é muito cabeça dura e a que mais mandava. A que menos entendia e mais mandava, que é assim até hoje. Então acabou que só eu e ele [Silvério] fazia curso e hoje nós dois estamos fora. [...]. Então foi 5 anos de briga, briga, briga, eu cobrando para melhorar. Então chegou um ponto assim que... cansei, cansei. Surgiu uma proposta um pouco melhor, mas não era só isso. [...]. Surgiu a vaga daí eu saí, por cansado de não adianta, lá não muda mais. O que mais me caiu a ficha, que não muda mesmo. Numa última reunião [...] uma das encarregadas lá, reclamou de um problema lá. Daí ela reclamou do problema e tal, terminou de falar eu falei. Olha só como é que é, há 5 anos atrás quando me colocaram de encarregado eu reclamei desse problema. Faz 5 anos que o problema existe [...], ou seja, daqui 10 anos também vai existir. Não muda, ali não muda. Então, daí que me caiu a ficha. Daí que eu comecei a pensar, não. Vou sair fora. Eu estou perdendo tempo aqui. Estou preso aqui. Em vez de eu crescer, eu não consigo crescer. Porque eu até vou lá no curso, vejo ideias diferentes, mas não consigo aplicar.

A necessidade de o ser humano buscar conhecimento é constante. Quando é tirada a possibilidade de se aperfeiçoar, melhorar o sujeito passa por um sofrimento. Elias acredita que sua dedicação deve ser integral independentemente do tipo de trabalho que realiza. Para o capital quanto mais trabalhadores como o Elias existirem maior a possibilidade de extração de mais-valia.

A visão de Elias sobre a produção foi moldada ao longo dos 16 anos que trabalhou nas confecções. Cada produção com sua peculiaridade, mas todas imersas no

objetivo dos patrões na obtenção de lucros. Elias percebe que, na qualidade de encarregado, contribuiria para tal objetivo, mas sem perceber que sua capacidade foi sendo capitalizada. O resultado é um trabalhador que sofre por não atingir o objetivo alheio e ao mesmo tempo internaliza regras e pensamentos que ferem sua própria condição de trabalhador de não se reconhecer como igual perante seus colegas.

[...]. Vendo o erro dos outros, tentando acertar aquilo que, claro que obviamente eu errava em outras partes, por não ter uma formação. Por primeiro ir trabalhar, pra depois ir se aperfeiçoar. [...]. Aí vem a parte de saber administrar o pessoal, né? Eu muito estourado, muito nervoso como sempre fui, melhorei muito. Aprendi a não ir na hora né? Chegar estourado, né? Com relação a eles vir me cobrar, também né, tu vê o erro, tu vê a forma que eles vêm te e tu não gosta. Mas até tu aprender que tu também está fazendo do mesmo jeito, leva um tempo, né? Então, mas também é tudo com o tempo, né? Tu vai aprendendo, né? Tu faz uma coisa errada e tu vê. Fiz errado. Não posso mais fazer isso. Então com o tempo, curso, essa administração de pessoal, tu vai trabalhando esse lado mais psicológico. A forma de tu chegar e abordar a pessoa, mas é melhorando dia a dia. Porque eu sei, a Geneci me cobra. Eu melhorei muito, porque eu chegava, muito estúpido assim chegar cobrar, né? [...] Eu chegava cobrar errado e ninguém, não tinha alguém que me falasse oh, vem cá, quando tiver que chegar cobrar, chega e fala assim.

Parte do nervosismo de Elias se dá pelo fato de sua filha ter tido problemas de saúde. Desde o nascimento quando ela nasceu com o bracinho machucado devido à violência sofrida na hora do parto. Em seguida ela teve uma infecção no rim e em função disso houve uma alteração na pressão arterial e desde 1 ano de idade, ela tem tomado remédio para controlar. Aos 6, sob suspeitas de ter problemas na audição precisou fazer uma lavagem no ouvido. Por conta disso teve suas amídalas e a adenoide retiradas e precisou usar uma espécie de caninho, um em cada ouvido, para impedir o fechamento do canal auditivo. Neste período, sua esposa Geneci, entrou com o pedido para liberação do seguro desemprego, para ter os devidos cuidados com sua filha. O seguro desemprego é liberado por motivo de demissão ou doença.

Enquanto isso Elias, antes de sair definitivamente da Dijulys, ele foi procurar trabalho em outro lugar. Encontrou uma fábrica menor que precisava de encarregado. Trabalhou por 28 dias e saiu.

Gilvana: Você saiu da Dijulys porque estava, enfim, não funcionava, não ia pra frente, como você mesmo mencionou.

Elias: É, uma empresa certinha tudo, mas não é fácil tu ir lá pedir um aumento né? Não é fácil de ganhar um aumento. Tem esse lado. Mas é certinha, chega o final do mês o salário está ali. Mas daí tem uma série de fator que tu, com o tempo, um pouco tu aguenta. Mas 6 anos né? Então chega uma hora que, não, não dá mais.

Gilvana: Mas mesmo assim a proposta desse outro trabalho era maior, menor?

Elias: Sim, era melhor, melhor. [...]. Porque a empresa... outra coisa, tipo assim, na hora de chamar e me contratar era uma coisa. Cheguei ali, totalmente diferente. Sem condição de trabalho. Por exemplo, no final ali, agora nos últimos dias que eu saí, ele[patrão] me pediu. Mas não está saindo produção porquê Elias? Eu falei, não tem agulha. Quer dizer, não tem logica né?

Nesta fábrica, a produção era só facção. Mas esta facção não vinha de São Paulo. As marcas são KDU e Kadore de um faccionista da cidade.

É daqui. Do cara que só tem a marca. Ele não produz, ele só terceiriza. Ele terceiriza toda a produção dele. Tipo, tem, produz [...] o último curso que eu fiz, que eu ainda estava na Dijulys, no curso ele que ele estava produzindo 140 mil peças por mês sem, sem uma... sem produzir uma peça né? Tudo terceirizado. Tinha 16 confecções trabalhando pra ele, 6 com exclusividade. 6 confecções, empresa trabalhando só pra ele. E as outras 10 com misto, um pouco um pouco de outros ou própria, não sei né? [...] A maioria, em torno de 8 a 10 é daqui. E o resto de fora. [...] Só a linha que ele não fornece, ele fornece o tecido e as etiquetas tudo, zíper e a linha a fábrica. [...] Costureira não. Ele tem aí um grupo de, acredito, de uns 30, 35 funcionários no escritório né? Na parte de separar pedido, embalar. Expedição é o que ele tem né? Motorista que leva e traz as peças, expedição, controle de estoque deve ter também e tal, desde o tecido como dos aviamentos como das peças prontas. Então ele tem aí um grupo de umas, acredito de umas 30, 35 pessoas sem produzir uma peça. [...]. Pela quantidade que está produzindo, vai para o Brasil inteiro. Pra conseguir produzir uma quantidade dessas tem que ter vários vendedores.

Entre as fábricas que produzem marca própria ou terceirizam a produção de outra temos um faccionista que com uma produção elevada não garante as custas trabalhistas e ainda define o preço e as condições de trabalho a que estão submetidas os trabalhadores.

Elias: É estressante, é muito estressante por causa da cobrança. Porque tu não pode perder um minuto. Porque se tu for cronometrar a função que tu mais demora é 1 minuto pra fazer uma peça. Que é um cós ou pregar, ou fechar as duas laterais de uma peça é um minuto. Então são operações de 20 segundos de 30 segundos de 15 segundos. Então se tu

for cronometrar e tirar esse tempo, tu não pode desperdiçar segundos. Então tem que tá, então é estressante por esse lado. Mas tem o lado, claro tem o pó e tal que é pouco ruim. Mas se for comparar, por exemplo, com servente que é o que tem bastante serviço hoje também, é no tempo, as condições de trabalho. Geralmente é trabalhando frio. O risco é maior. Numa confecção, na produção não tem risco de tu cravar um dedo na agulha é o máximo. Cair a tesoura e pinicar, é pouca coisa. O corte tem o seu risco, mas tem a luva de aço e a lavanderia tem mais risco por causa da caldeira e por causa dos produtos químicos. Mas na produção em si risco é, pra quem já passou por esses outros é bem melhor. O problema ainda está no serviço estressante ali que tu tem que baixar a cabeça e trabalhar.

Gilvana: Mas isso no dia a dia. E a longo prazo?

Elias: A longo prazo vem as LER. Muito. Trabalho repetitivo. Tem empresa que não... Tem empresa e tem pessoas que não dão bola pra isso. Está doendo, mas pra não ter o estresse de ter que aprender outra função. Com medo de não aprender outra função acaba se machucando ali e se encosta por não ir. Tem gente que não. Tem gente que pensa, não, eu já está me doendo esse braço eu não vou mais fazer essa operação vou troca de função. Se o patrão não quer me dar outra função eu vou sair. Vou em outra fábrica procurar outra função, mas são poucos que pensam nisso. A grande maioria se machuca. Uma porque não quer fazer outra função, porque não gosta porque, geralmente já faz aquilo, procura fazer aquilo que gosta. E outros porque o patrão não aceita trocar, não tem vaga. Tipo assim, não pensa nisso. Tipo assim, ele vai sair dessa operação que ele faz bem. Eu vou ter que ensinar ele fazer outra operação então vai produzir menos e vou ter que ensinar outra pessoa a fazer a operação dele, então vai produzir menos também. Então pra não cair o rendimento acaba muitas vezes não deixando trocar de função.

A partir de sua experiência em diferentes campos de trabalho, Elias avalia a fábrica como um bom lugar para se trabalhar, mas mesmo assim, percebe os riscos que o trabalhador pode sofrer a longo prazo.

Assim como os trabalhadores Elias e Gilmara, outros também vivenciaram a experiência do deslocamento em busca de melhores condições de vida e trabalho. Adriane²⁵, 36 anos, morava no sítio e vislumbrava uma vida diferente da de seus pais. Saiu do sítio aos 19 anos com sua irmã para morar na cidade. Imaginava-se em um trabalho onde a “mente e corpo” fossem utilizados. Diante das poucas possibilidades de trabalho na cidade resolveu fazer um curso de costura.

Trabalhou por um tempo em uma loja, mas a fábrica lhe esperava. Já no curso, descobriu que não gostaria daquele trabalho. Sentia que sua capacidade não se limitava a realizar operações curtas como as que aprendeu no curso. Por fim, aceitou o trabalho

²⁵ Entrevista realizada com a trabalhadora Adriane no dia 28 de agosto de 2013 a Gilvana Machado Costa nas dependências da residência da entrevistada.

como revisora, que compreendia finalizar a peça. Logo passou a trabalhar na expedição. Organizava e fechava os pedidos.

Adriane, apesar do significado negativo que dá ao trabalho de costurar sente-se desafiada por fazer o que não gosta, mas fazer bem feito. Demonstra um sentimento de superação por não ter reclamação do seu serviço. Convenceu-se de que ao produzir, dar conta do serviço, livrou-se da pressão do chefe e ninguém a incomoda. Menciona que quando a meta exigida era de 1.500 peças fazia sempre mais.

Adriane, apesar de reclamar dos problemas de saúde que teve ao longo da experiência fabril, reafirma seu trabalho de modo positivo quando atinge a meta de produção e o fato de ninguém “pegar no meu pé”. Logo revela que ter que se controlar e não poder levantar, ficar presa a uma máquina, a posição, a exigência por meta logo fez com que adoecesse, “olha, é uma coisa que eu nunca queria fazer era costurar. Nunca que eu gostava porque sou assim, mais interativa. Usar a mente, mas também se movimentar bastante, exercitar. E daí costurar, eu fiquei até doente”.

Vânia que é irmã de Adriane, compartilhou com a irmã a experiência de trabalhar na Dijulys que confecciona calças em jeans. Ao descrever sua rotina e como se desenvolvem as condições de trabalho, ambas relatam sobre a pressão gerada pelos patrões quando a data de pagamento está próxima. A pressão por mais produção se assevera nesses dias. Mas mesmo assim o pagamento do salário não é feito até o 5º dia útil do mês. As trabalhadoras contam que os patrões pagam todas as outras contas e eles recebem somente ao final da primeira quinzena. E quando os patrões são questionados sobre tal procedimento, dizem que “É todo mês que está tendo pagamento. Não estamos atrasados. É uma vez por mês que vocês recebem”. Mesmo sendo um direito garantido pela legislação, o trabalhador ainda “tem que agradecer” por receber o salário com atraso.

A experiência de trabalho no campo também está presente na trajetória da trabalhadora Teresa. Teresa, 46 anos, nasceu em Santo Antônio, mas logo que casou foram trabalhar em uma fazenda no Paraguai. Eram trabalhadores rurais assalariados numa fazenda em que produzia frutas e verduras. Em 1981, devido às dificuldades de estudo para a filha, voltaram para o Brasil. Trabalha há 12 anos na mesma fábrica que sua filha Áquila.

Dos 12 anos que está na fábrica, há 9 anos desempenha a função de fechar entre pernas de calças sociais. Considera o trabalho na confecção bom, já que não precisou

trabalhar de doméstica. Mas diz que era bem melhor na roça “na roça assim a gente é livre... Ali (na fábrica) a gente fica preso, bem dizer, o dia inteiro. Nem comparar. Mas não tem outra coisa para fazer”.

“É cansativo. Você pegar sete horas, a gente na roça não ia sete horas trabalhar. [...] E tinha vaca para tirar leite. Não foi fácil até eu acostumar. [...]. Aí uma e meia tinha que estar lá de novo. Deus o livre, não foi fácil. Tem dias que deu vontade de desistir”.

Entre trabalhar no Brasil ou no Paraguai como empregados, escolheram vir para cá por conta dos estudos da filha. A diferença é que o trabalho na roça ela avalia como bom por se sentir “livre” e na fábrica ficar “preso”. O sentir-se livre quando trabalhava na roça está relacionado a liberdade de fazer o serviço sem uma cobrança direta do patrão:

Ela logo que começou ali, ela dava medo na gente. Pela cara dela, o jeito que ela tratava as pessoas ali. Seca assim, nunca se via ela dando risada. E lá não. O patrão nosso lá ele vinha. Todo dia ele vinha. Mas tinha dias que gente nem via ele na frente. Embora, a gente nunca viu ele pegar no pé da gente assim né? Mandar assim, nunca. E ali ela em cima. Agora ela parou um pouco. Mas se começava a acumular[serviço] um pouco pra gente, ela já ficava atrás parada atrás da gente. Daí o serviço da gente não rende. Porque daí tu fica preocupada né? Ela ali te olhando, daí que o serviço não vai pra frente.

O sentir-se preso na fábrica, além de não ser um trabalho ao ar livre a vigilância constante por parte da chefia reprime o trabalhador.

Teresa é mais uma trabalhadora que tem suas possibilidades de trabalho limitadas ao trabalho na confecção, pressionados para dar um estudo um pouco melhor para a filha abandonam o que consideravam um trabalho bom.

Áquila, 24 anos, morava no Paraguai com seus pais. Desde os 18 tem como única experiência de trabalho a costura industrial. Diz que começou a trabalhar para conseguir a liberdade de poder comprar suas coisas e não depender tanto da mãe. Áquila trabalha há 6 anos na mesma confecção. A preocupação que a família tinha com a formação da filha durou até completar seus 18 anos. Uma jovem que tem seu futuro garantido nas fábricas da cidade. Já que as opções de formação superior estão condicionadas a viajar para outra cidade diariamente.

Sempre me incomodou a ideia de ser independente, principalmente, a ideia de trabalhar para ser independente e na maioria das vezes associadas a "poder comprar minhas coisas". Como assim independente? Somos seres humanos e não sobreviveríamos sozinhos. A ideia de independência nos é empurrada garganta abaixo, percebo agora o sentido político a que isso remete. Se você é independente por ter um trabalho e seu próprio sustento você usará como referência e encherá a boca para dizer que não precisa de ninguém. O desdobramento disso é que no trabalho você também será independente e, portanto, sozinho. Qualquer problema que aparecer o trabalhador olha para si, e como sempre foi "independentemente" responsável por si não visualiza como o problema poderia ser resolvido coletivamente.

A fábrica em que Teresa e Áquila trabalharam as peças vem cortadas e são separadas, revisadas e mandadas para a linha de produção. Diferentes de outras confecções, nesta não há controle de tempo para irem ao banheiro. Dizem que a única restrição é sobre comer dentro da fábrica. Mas mesmo escondido comem, pois a jornada sem intervalos é muito longa. Lá inicia as 07h00min, para as 11h30min e retorna 13h30min até as 17h50min.

Para Adriane o trabalho na roça por depender das condições climáticas era muito instável. A renda era incerta. No período em que morou com os seus pais na roça só fez desanimar daquela vida.

Já para Teresa o trabalho na roça era bom pelo sentimento de liberdade mesmo sendo empregada. A jornada de trabalho na fábrica para Teresa foi o que mais a impactou. Chegar cansada em casa e ter uma dupla jornada com os afazeres domésticos. Ao meio dia a correria por conta do curto intervalo para almoçar. As fábricas de Santo Antônio atuam com um único turno que somam 44 horas semanais. A carga horária é que alterna de uma fábrica para outra. Algumas dividem a carga horária de segunda a sábado e outras de segunda a sexta. Teresa e Áquila enfrentam uma jornada de 8h50min diários.

No início de nossa conversa, Teresa e Áquila comparam a fábrica em que trabalham com as outras e de certo modo valorizam.

Apesar de todos os trabalhadores apresentados aqui terem em comum a experiência do trabalho rural, não é unânime o sentimento em relação a esta experiência.

De maneira geral, pode-se dizer que a experiência rural contribuiu para que os trabalhadores atribuam um sentido, de certo modo, positivo ao trabalho nas confecções. Os trabalhadores avaliam a partir de suas condições atuais de trabalho como era a experiência anterior. O trabalho no campo é quase sempre referenciado como “pesado”, “difícil”, “não tem carteira assinada” e “ganhava pouco”.

Geralmente, o salário certo e não ter que depender das condições climáticas para obter renda é visto como positivo, pois lhes dá a expectativa de um futuro melhor. É o que avalia Ivete:

Então, pra mim foi difícil, sabe! Teve momentos bem difíceis. Tudo bem que eu fiz um monte de acerto [fez acordo com o patrão] e coisa pra construir minha casa, mas mesmo assim eu tive bastante dificuldade. Teve meses de eu comer só arroz e ovo frito e salada de alface pra poder pagar, entende? E adquirir as coisas, entende? Vendo teu filho pedir as coisas e você não ter condição. Pra mim, pra mim foi muito sofrido, entende? Tive bastante dificuldade, mas era a única coisa que sabia fazer. Não sabia fazer mais nada. Então eu tive que encarar e enfrentar e economizando, né?

Para Ivete o trabalho na fábrica, apesar de ter lhe rendido problemas de saúde e possíveis traumas, foi sua fonte de renda permanente durante o tempo em que levou para construir sua casa, e isto tem grande relevância em sua memória. A situação de extrema escassez que vivenciou para tal feito é reforçada pela ideia de que “quem economiza, realiza”. Quantos ainda que como Ivete acreditam com muito esforço conseguirão atingir seus objetivos. É deste elemento ambíguo que o capital se alimenta. Para Ivete é um sonho, uma conquista, a perspectiva de estabilidade. Para o capital uma forma de estabilizar a força de trabalho na produção.

O setor de confecções tem crescido constantemente tanto em número de empresas como na força de trabalho empregada. Mas esse crescimento, sempre visto como positivo e resultado do “progresso”, deixa outras marcas.

Adriane frisa que o trabalho em si, muitas vezes, não é ruim, mas a pressão gerada pelos próprios colegas resulta numa competição. Essa competição afeta os trabalhadores psicologicamente:

A colega ali te pressionando... Porque às vezes não é tão ruim. Às vezes o trabalho ou o chefe assim, mas os próprios colegas são assim, como se diz, concorrentes. Eles [colegas] têm ciúme de você, logo que tu é novata ou coisa assim, é complicado. Mais que afeta, acho

que dentro de uma fábrica, que deixa as pessoas mais diminuída é isso sabe. Ele acha que tem mais. Muitas pessoas sofrem com isso.

Esta relação entre os trabalhadores relatada por Adriane é resultado das formas de organização da produção. Essa concorrência afeta a relação entre colegas de trabalho. É uma estratégia política comumente usada nas fábricas. A distribuição de prêmios por produção; a colocação de nomes em quadros indicando os índices de produção, isso tudo afeta e gera intrigas entre os trabalhadores. O que politicamente é benéfico para o patrão. Trabalhadores que não se veem como iguais, mas como rivais, ou como a própria Adriane apontou, como concorrentes.

Um aspecto também apontado por ela sobre as relações de trabalho é quando uma colega chora por conta do tratamento recebido pelo encarregado ao exigir mais produção. Em alguns momentos desaprova tal tratamento e em outros concorda e até defende quando um colega é repreendido, além de naturalizar a subordinação “procuro fazer para não ganhar xingão do chefe”.

Adriane revela dois fatos extremos ocorridos naqueles dias:

Ontem de manhã uma novata estava fechando bolso, isso eu presenciei. Mas eu vejo assim nos colegas. Já com outra colega assim, uns choram né? Ainda foi ontem de manhã, acho que foi. Ele [chefe de produção] mandou apurar lá. Porque daí o outro [trabalhador] estava aprendendo, era aprendiz. Ele [chefe de produção] voltou lá e falou mais umas coisas e ela [trabalhadora] chorou mais um pouco ainda, com o olho cheio de [lágrimas]. Existe sim isso dentro das fábricas. Mas eu não sei se ela estava devagar, muito devagar também se aproveitando que o outro era aprendiz.

Acontecimentos como este são rotineiros e naturalizados pelos colegas que tentam justificar dizendo que se estava devagar, que foi merecido. E quando se naturaliza a exploração do trabalho e condições precárias de produção, acidentes de trabalho e processos de adoecimento tendem a serem vistos como parte inalienável da vida. A agressão simbólica, a humilhação e a sujeição passam a ser práticas integrantes das relações de trabalho. Adriane continua:

Hoje o cara estava fazendo um conserto. Eu acho, assim, que as pessoas não são preparadas pra chegar e fazer cobrança. Os chefes não têm preparo e também se um patrão dá uma mijada²⁶ neles, eles vêm

²⁶ Chamar a atenção.

mijando em todo mundo. Eles não têm preparo. [...] Hoje, agora de tardinha, o chefe passou por lá e viu que um colega estava fazendo conserto do forro²⁷ [parte interna do bolso]. Ele [chefe de produção] pegou e tomou [peça de roupa] da mão. E isso que não é homem. Digamos que não é bem homem, mas digamos de aparência, um homem de, ele tem 40 anos quase, 39 eu acho. Tomou [peça de roupa] da mão assim. Passou a mão aqui. [Chefe de produção]: Fica dando nó aí enrolando. Vamos trabalhar, deixa isso aí pra depois! E não sei o quê e xingou. Agora a pouco antes de nós vir. Porque não falou numa boa, né? O homem [trabalhador] estava com as calças na mão desmanchando e ele [chefe de produção] catou e xingou.

Adriane demonstra indignação diante da cena que presenciou. A maneira encontrada por ela para exprimir seu sentimento foi desqualificar o chefe de produção com sua falta de preparo e caracterizá-lo como homossexual. Cabe destacar que muitas vezes os trabalhadores respondem às pressões e humilhações vividas no contexto da exploração capitalista com recursos que possam desmoralizar ou ridicularizar o chefe imediato ou quem supervisiona seu trabalho. Trata-se de uma revanche a partir da qual simbolicamente se tenta restaurar o próprio respeito e a imagem ao mesmo tempo em que se destrata a imagem do agressor, humilhando-o a partir de signos do universo cultural do mundo do trabalho.

Ao longo da jornada de trabalho o trabalhador encontra tempo para “cabular” serviço. O “nó” que aparece na narrativa de Adriane refere-se ao fazer cera, “matar” tempo, prática que é combatida pelos patrões para o bom rendimento da produção.

Para além do desenvolvimento tecnológico que diminuiu os tempos de produção, em que foram tirados os poros, intervalos entre uma operação e outra, ainda há uma “falha” que entendemos aqui como negação do trabalho. Taylor, em seu manual de organização do trabalho, argumenta que o “fazer cera” aumenta problemas sociais como o desemprego e a pobreza. Se não houvesse retardamento na produção os custos diminuiriam e ampliaria a distribuição no mercado interno e externo. Com isso os trabalhadores teriam salários elevados, uma jornada de trabalho menor e isso refletiria em melhores condições de trabalho e de moradia.

Mas os benefícios da eliminação da cera ainda não foram sentidos pelos trabalhadores. E é uma prática ainda bastante comum. Perto de encerrar a jornada os trabalhadores vão diminuindo o ritmo. Se faltam menos de 10 minutos para encerrar o

²⁷ O conserto do forro se faz necessário quando a costura em viés feita para fechar o fundo do bolso teve algum tipo de problema.

expediente ele não inicia a próxima remessa. O trabalhador levanta de sua cadeira e começa a organizar o entorno de sua máquina. Conserta alguma peça, busca ele mesmo os aviamentos que serão necessários para a remessa que será iniciada no dia seguinte. Por faltar poucos minutos para finalizar o turno, os chefes de produção não dão conta de controlar uma linha de produção o que resulta em cenas como a descrita por Adriane. Ou seja, em alguém “têm que” descontar para aliviar suas tensões.

Quando Robert Linhart em *A Greve na fábrica* adentrou a fábrica e se deparou com a linha de montagem da Citroen, percebeu que o que via não era o que imaginava. Uma indústria de confecção causa, para alguns trabalhadores, a mesma impressão. Para Adriane, o curso de costura lhe deu a certeza do que ela encontraria na fábrica: “Aí, eu não quero que Deus me castigue! Trabalhar numa fábrica é uma coisa que eu não gosto. Sabe, costurar”. Mas mesmo assim ela foi trabalhar nas fábricas.

A contradição também está presente na narrativa da trabalhadora Helena, em relação sua trajetória de trabalho nas fábricas. Helena, 33 anos, sempre morou na cidade. Seu pai tinha uma oficina de conserto de fogões e máquinas de costura e sua mãe cuidava da casa. Ela começou a trabalhar fora aos catorze anos de idade como diarista. Aos dezesseis começou a trabalhar na fábrica, motivada pela renda maior que a de diarista. Seus pais não dependiam de sua renda, pois “era pra mim no caso, o que eu ganhava era meu”. Trabalhou em três fábricas as quais tinham produções diferentes. Eram elas social, *sportfino* e *jeans*.

Quando começou a trabalhar fora ainda não tinha terminado o Ensino Médio. Por isso considera que “É puxado. É, porque daí o horário de fábrica é puxado, né? Daí sete as onze e meia. Da uma e meia as quinze para as seis. E as seis e meia eu tinha que tá no ponto pra pegar o ônibus pra o colégio”. Ela morava longe da escola e por sair as 17:45 dependia do ônibus para não se atrasar.

Quando a questioneei sobre o porquê de ir trabalhar numa fábrica ela defende a fábrica: “Porque aqui na cidade não tem muita opção, né? Daí, tipo pra você trabalhar até numa loja é mais difícil, né? Daí o horário também, a tarde tu sai mais tarde, pra ir pra o colégio é bem mais apurado, né?”

Já quando perguntei se ela trocaria o trabalho na fábrica por outro aparece a contradição:

Se eu fosse trocar hoje eu até acho melhor assim, até uma loja, né? Que você até tem mais horário pra cumprir, mas você está mais em movimento, né? Acho que faz bem pra saúde, né? É melhor do que ficar um dia inteiro sentado num movimento só, eu acho que até o comércio, menos mercado que o mercado é muito horário, mas numa loja, uma loja, ou fazer mais cursinho, né? Fazer um concurso alguma coisa assim. Porque ficar em casa também, eu acho que depois que tu acostuma, a trabalhar, já é mais difícil, né?

Quando tinha dezesseis anos sua preocupação era terminar os estudos e o horário da fábrica era melhor do que o estabelecido no comércio local. Mas agora, casada e com filho, ou seja, com uma segunda jornada de trabalho em casa, avalia que o trabalho em uma loja seria melhor, pelo fato de estar em movimento. E não sentada numa cadeira repetindo os mesmos movimentos o dia inteiro, já que tem sentido algumas dores nas costas e braços.

Helena afirma que sua rápida adaptação na linha de produção se deve ao fato de: “Mas a maioria que, principalmente as mulheres que tem vocação pra costurar, elas começam tirando fio ou revisão e acabam indo pra máquina e aprende e fica costurando”.

No trabalho de Helena o patrão encontrou uma nova forma de “pagar” as horas extras:

Tudo que você faz, se você trabalhar no sábado em fevereiro, maio, ele vai anotando pra pagar só no fim do ano. Daí, tipo assim, se você faltar durante a semana, ele desconta nas horas extras, será que é o certo isso? Porque a hora extra na verdade você ganha mais né? [...] Ele desconta, tipo as faltas que tu falta meio dia durante a semana ele vai marcando tuas falta. No final do ano quando for acertar as horas extra daí desconta a falta em horas extras. [...] Atestado também, você pode trazer atestado ele deixa grampeado no caderno que anota as faltas e anota as horas extras, e no final do ano ele desconta tudo em hora extra, atestado e outras falta semanal.

Ou seja, além de descontar os atestados ele desconta em hora normal as horas extras que fazem ao longo do ano. A hora extra feita em dias que são feriados nacionais contam 100% em cima do valor normal. Um atestado de um dia de trabalho de 8 horas vale meio dia de hora extra. Mas segundo Helena, “Pois é, tem bastante [gente] que na hora ficam meio assim, não gosta da ideia, mas daí ao mesmo tempo gosta de trabalhar ali, né? Que é pouca gente, não tem assim muita pressão, e acabam deixando por isso.”

De maneira geral, os trabalhadores definem como vocação a habilidade adquirida no trabalho com a costura. Porém, a partir das trajetórias analisadas, percebemos que com prática e um pouco de habilidade a “vocação” está em qualquer um. Além do fato de que desempenhar uma única função, realizando uma operação repetidas vezes rendem mais que habilidade, mas também dores musculares causadas por movimentos repetitivos.

1.1 O trabalho de costura em Santo Antônio

A partir dos anos 1980 houve uma diversificação nos ramos industriais, mas a indústria de confecção passou a se impor na região. Para Adir Silvério Cembranel (2012) a migração da população rural para as cidades se intensificou nos anos 1980 devido ao fato de as indústrias que utilizavam matéria prima do campo também saírem do meio rural. Estas indústrias se concentravam no beneficiamento da madeira, no setor imobiliário e de alimentos. Para o autor, naquele momento também surgiram às confecções que ocasionaram profundas mudanças na economia da região. O autor pontua que as indústrias de confecção não fizeram parte do processo inicial de industrialização do Sudoeste, pois a matéria-prima necessária não era produzida na região, além do difícil acesso. Isto só foi possível a partir dos anos 1980.

Um argumento sustentado por Edson Luiz Flores²⁸ é de que a população da região composta em grande parte por caboclos não tinha preocupação com vestimentas, pois a maioria era feita em casa. Foi com os deslocamentos da população do campo para a cidade que surgiu a necessidade de aumentar a produção de vestuário e alfaiates e costureiras começaram a produzir para atender tal demanda.

Parte da mão de obra empregada nas alfaiatarias era as próprias trabalhadoras que vieram do campo, pois estavam habituadas a costurar em casa produzindo roupas para a família. Este argumento explica como surgiram as primeiras alfaiatarias com no máximo duas ajudantes costureiras, mas não explica como foi possível concentrar mais de dezenove confecções numa pequena cidade como Santo Antônio do Sudoeste.

Os economistas defendem que esta concentração pode ser explicada pelos chamados arranjos produtivos locais (APLs), para explicar o “desenvolvimento

²⁸ Edson Luiz Flores em sua dissertação em Geografia analisou o processo de industrialização e desenvolvimento do sudoeste do Paraná.

regional”. Estes arranjos são entendidos como aglomerados que tem por objetivo organizar a exploração do trabalho em cada região, facilitando a presença e a expansão do capital. Um dos traços principais requeridos nesses arranjos produtivos é trabalho barato e precário.

Os arranjos produtivos locais foram pensados no contexto dos anos 1990, quando a nova ordem econômica era um mercado globalizado. Isso permitiu a abertura de novos espaços para a atuação de empresas multinacionais, organizações, indivíduos etc., através da atuação de atores estatais como municípios, estados federados ou províncias, além das organizações internacionais de cooperação e de integração, e blocos regionais.

Esse mercado globalizado permitiu, de um lado, a integração de economias estabelecendo restrições à entrada de produtos provenientes de áreas que estão fora do território estabelecido pelos acordos entre mercados. Por outro lado, com a globalização temos o abandono gradativo do protecionismo. O Estado que antes era o principal regulador da economia passa a servir ao capital, as mais lucrativas e mais atrativas vantagens para provocar o “desenvolvimento” econômico.

Surgem essas redes de cooperação, de organização, os arranjos produtivos locais, os sistemas produtivos inovativos locais ou sistemas locais de produção. Estas formas análogas focam na cooperação e associação entre as empresas, que são as melhores formas destas vencerem barreiras através da união de conhecimentos, divisão de tarefas, compartilhamento de equipamentos, instalações, mão-de-obra, entre outros, visando o aumento do capital. Para atrair investimentos e conseqüentemente mais riqueza e geração de renda para sua região, vários governos promovem incentivos variados para as empresas. Isso vai desde isenção de impostos e infraestrutura até a própria construção das instalações da empresa com dinheiro público.

O TECPAR (Instituto de Tecnologia do Paraná) que integra a Rede Paranaense de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais (Rede APL Paraná) que é formada por instituições como, sistema FIEP (Federação das Indústrias do Estado do Paraná), BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul) e SEBRAE-PR (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) têm como objetivo proporcionar maior articulação entre os diversos atores que realizam ações nos APLs.

Este instituto entende que:

A implantação e consolidação dos APLs é fundamental ao desenvolvimento pretendido para o Estado. Para isso é necessário estruturar planos, estudos e ações de apoio e a promoção ao desenvolvimento de empresas/instituições que estejam localizadas em regiões com clara especialização produtiva, o que permitirá maior efetividade e melhores resultados econômicos para os APLs²⁹.

É dessa forma que o Estado define o perfil aglomerativo (a disposição geográfica produtiva) desde sua capacidade de interação (o que a indústria propicia em relação ao crescimento e desenvolvimento econômico) e a capacidade competitiva (definida pelo número de alocações do mesmo setor). Assim, determinadas regiões passam a ser inseridas no mercado globalizado e na expansão em longo prazo, permitindo um planejamento do desenvolvimento regional, ou seja, a disposição de setores industriais do mesmo ramo numa mesma região não é uma ação natural, mas sim pensada por parte do capital juntamente com o Estado para que esse fenômeno aconteça.

Dentro deste perfil aglomerativo estão muitas tentativas de “empreendedores” ou de trabalhadores que buscam fugir do trabalho fabril. Entre eles está Gilmara e seu esposo Marcos. Ambos dividiram a experiência do trabalho na fábrica. Participaram de dois processos de falência. A primeira na Dinobre e a segunda na Frilufi em Pato Bragado. Depois dessas duas experiências ruins mudaram de ramo temporariamente. Primeiro investiram numa lanchonete, depois num pequeno hotel e por fim numa mercearia. Em todas as tentativas o fracasso permaneceu. Resolveram então voltar para a fábrica. Desta vez foram para Bandeirantes, no Mato Grosso do Sul. Ficaram lá por 3 anos e agora retornaram a Santo Antonio e estão novamente com uma lanchonete.

Essa organização realizada para promover o “desenvolvimento regional” faz com que cidades ou regiões como o sudoeste paranaense centrem suas forças no setor de confecções. Reféns disso estão os trabalhadores que tem suas possibilidades de trabalho limitadas pela ação do capital.

Na região sudoeste esta experiência se repete. Sofrerão principalmente aqueles que se viram obrigados a vender a terra conquistada e que, por não conseguirem se adaptar à nova ordem imposta, a da produção em grande escala e ao ritmo acelerado da

²⁹ Plano de Desenvolvimento dos APLs das Indústrias do Vestuário do Oeste do Paraná e Moda Bebê de Terra Roxa. Cascavel - PR. Maio/2006.

agroindustrialização. Estes mesmos trabalhadores foram absorvidos rapidamente pela indústria de confecção.

CAPÍTULO II

SER COSTUREIRA: PROCESSO DE TRABALHO, IDENTIDADE E ADOCIMENTO

*“A máquina não aguenta, como é
que o braço vai aguentar, meu
Deus? ”
Rosa, 63 anos.*

O processo de industrialização que deu nova forma ao mundo do trabalho foi responsável também pela mudança no universo de trabalho das costureiras. A costureira que fabricava peças de roupas em casa realizava um trabalho, praticamente, artesanal. No início com agulha e linha e mais tarde com máquinas movidas a pedal. As necessidades impostas fizeram com que ela aprendesse esta profissão para complementar a renda da família e às vezes se convertia na principal fonte de subsistência.

A costura exigia tempo e habilidade, mas com total domínio a costureira organizava sua rotina diária entre os afazeres da casa e a máquina.

As modificações sofridas nesse processo de trabalho remontam os anos finais do século XVIII e início do XIX, quando as mulheres começaram a ser absorvidas pelo trabalho industrial a domicílio. Ou seja, o domicílio passou a ser um prolongamento da fábrica como prestadora de serviço.

No Brasil o trabalho a domicílio aparece sempre atrelado a indústria têxtil e de confecção. A bibliografia de 1980 analisou diversos aspectos desse universo de trabalho dando ênfase a organização da produção em polos industriais, e em como o trabalho industrial a domicílio deu sustentação para o fortalecimento de grandes centros. Esta bibliografia aponta que nos anos 20 a fabricação de roupas era baseada na confecção de roupas masculinas. Em 1960, o índice de produção de roupas para crianças e para mulheres passam a ser contabilizados. E a partir de 1970 que a indústria do vestuário como um todo tem considerável crescimento resultando numa concentração industrial. (ABREU, 1986).

Em meio a este processo está a costureira Rosa³⁰ que veio do Rio Grande do Sul em 1969 também com a família, aos 19 anos. Por que comprar uma máquina de costura à “luz” se não havia energia? Também fez um curso através do Sistema S³¹.

Rosa ainda jovem adquiriu sua primeira máquina de costura. Veio com a família de Três de Maio, no Rio Grande do Sul, para Santo Antônio. A família conseguiu se instalar e iniciar o trabalho com plantação de milho. Passados três anos as condições não haviam mudado muito de quando chegaram, por conta da situação de pobreza em que viviam. Diante das dificuldades enfrentadas em 1972, aos 22 anos Rosa voltou para Três de Maio para trabalhar de empregada doméstica na casa de um tio. Entre uma folga e outra descobriu que na cidade havia curso de corte e costura. O ano era 1974 e o curso era dado pelo SESI. Com algum esforço conseguiu fazer o curso de corte e costura, na época fornecido pelo Sistema S. O que aprendeu no curso foi baseado no Método Simplex³² e com o salário que recebia adquiriu a sua primeira máquina de costura, uma Elgin movida a pedal³³. Anos mais tarde, Rosa adquiriu o motor elétrico que podia ser acoplado a máquina movida a pedal.

O livro que ganhou no curso explicava de maneira muito simples como tirar as medidas para costurar peças de roupa. A partir daí passou a costurar para a família dos tios para quem trabalhava. Com o tempo o livro que lhe servia de guia foi aprimorado e adaptado para costurar os mais variados tipos de roupas. Com isso suas expectativas de voltar para o Paraná melhoraram, pois agora tinha uma profissão.

³⁰ COSTA, Rosa M.. Entrevista concedida em 28 de agosto de 2013 a Gilvana Machado Costa nas dependências da residência da entrevistada.

³¹ O Sistema S é formado por organizações e instituições todas referentes ao setor produtivo, tais como indústrias, comércio, agricultura, transporte e cooperativas. As instituições do Sistema S não são públicas, mas recebem subsídios do governo. Contam com uma rede de escolas, laboratórios e centros tecnológicos espalhados por todo o território nacional e tem atuado desde meados dos anos 40. Fazem parte do Sistema S: SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial); SESI (Serviço Social da Indústria); IEL (Instituto Euvaldo Lodi); SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial); SESC (Serviço Social do Comércio); SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural); SENAT (Serviço Nacional de Aprendizagem em Transportes); SEST (Serviço Social de Transportes); SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo); e SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). <http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/02/sistema-s-e-estrutura-educacional-mantida-pela-industria>. Acesso em 16/09/14 as 02h39min.

³² O método Simplex consiste em desenhar de maneira simples a partir do esquadro e eliminar os cálculos, economizar papel e tecido. <http://editorasimplex.com.br/index.php>

³³ A máquina de costura é de fato um dos primeiros bens duráveis fabricados em grande quantidade. Em 1851 Issac Singer aprimorou e aperfeiçoou tornando-a viável de modo a possibilitar sua rápida disseminação. Com um preço baixo foi logo utilizada não só pela indústria, mas também por consumidores individuais. Somente em 1891 é que surgiram as primeiras máquinas que utilizavam energia elétrica, o que tornava o processo de costura mais rápido, pois liberava as mãos do trabalhador para manusear o tecido (ABREU, 1986).

De volta para Santo Antônio, na localidade do Km 13, passou a costurar e receber pedidos de encomendas de roupas da vizinhança e até mesmo de uma comunidade vizinha, Nova Riqueza.

Em 1977 casou-se e a máquina continuou sendo seu instrumento de trabalho. No ano seguinte veio a primeira filha. Sua profissão lhe permitiu cuidar de sua filha e ainda assim ajudar nas despesas da casa. Seu marido tinha uma chácara junto com um irmão, no caso seu cunhado. Depois de um tempo o cunhado foi embora e a chácara que antes mantinha duas famílias agora se mostrava pouco para sustento. Por fim, venderam a chácara e compraram um terreno onde seu marido que já havia trabalhado de carpinteiro construiu uma casa de madeira. Em 1980 veio o segundo filho. Naquele momento um de seus irmãos os incentivou a irem morar em Realeza, também no sudoeste paranaense. Então se mudaram. Depois de um tempo, pensou que talvez teria sido melhor se não tivessem saído de Santo Antônio. Mas de qualquer forma, a mudança para Realeza se justifica pela oportunidade de estudo para os filhos. Ali naquela pequena vila, o trabalho de carpintaria e de costura eram suficientes para manter a família. Depois de um tempo receberam uma proposta para então trabalharem em aviário.

Naquele momento os municípios do Sudoeste já forneciam mão de obra barata e a matéria-prima necessária para o desenvolvimento de uma cadeia produtiva voltada para a agroindústria. Os pintainhos vinham dos Carminatti de Santo Antônio, da Sadia e mais tarde da Diplomata. Os aviários dispunham de pouca tecnologia. O trabalho era praticamente manual. Tratava-se os frangos com baldes de ração preenchidos duas vezes ao dia. Os bebedouros, depois de muito tempo passaram a receber água encanada. O aviário tinha cem metros. Para todo esse trabalho a família se dividia. Os filhos desde pequenos seguiam o pai por entre os frangos para ajudar abastecer os comedouros. A mãe e a filha, ainda menina, cabiam o serviço da casa e o trato dos animais. Até aquele momento era permitido criar frangos no terreiro, porcos para a subsistência e ter também vacas de leite para produzir queijo e o restante vender para o leiteiro. Em 1984 vem o terceiro filho, mais uma menina. Costurar agora era algo secundário, mas nunca ficou de lado.

Quando o lote de frango era entregue e a remuneração era pouca, e alguns desentendimentos com o patrão fazia com que eles voltassem a morar na vila. No início dos anos 90, vem o quarto e último filho, um menino. Rosa já estava com 40 anos. Na pequena comunidade deu curso de corte e costura e definia as modinhas a partir do que

costurava para suas filhas usarem. A roupa comprada na cidade pelas vizinhas servia de base para ela reproduzir de acordo com a cor e o gosto de cada uma. Deixava sua marca num laço a mais, na manga fofa, no cós mais alto. As roupas de primeira comunhão da filha mais velha foram uma reprodução do que era considerada tendência naquele momento.

Enquanto Rosa costurava os filhos brincavam a sua volta. Alguns deles faziam de conta que a máquina de costura era um carro. A máquina adquirida em 1972 era de correia e tinha uma mesinha que fechava a porta e guardava a máquina. Assim brincavam aos pés da mãe enquanto ela cortava e costurava roupa para a família e para a vizinhança.

Rosa narra sua sofrida trajetória de forma contida, apresentou certa inibição ao falar, tanto que em mais de uma fala finaliza “então era isso”. Talvez, se deva ao fato de que não se trata de uma história de sucesso, como aquelas da televisão.

A todo momento também reforça o esforço feito por ela e seu esposo para a manutenção de seus filhos na escola. E que apesar de viver numa economia arrojada, sem luxos, nunca deixaram faltar comida na mesa. A sua história resulta numa invalidez por conta do trabalho que desempenhou na fábrica.

Mas por outro lado, há um esforço em valorizar o trabalho desempenhado nas fábricas. Quando fala sobre a experiência vivida em Ampère na fábrica Fabelle ressalta:

Descobriram que em Ampère tinha uma fábrica lá que pegava[contratava], principalmente, gente de Santo Antônio que daí sabiam que daqui sabiam costurar. Foi o que deu. A gente foi em quatro pessoas para Ampère, numa tarde. A gente ligou lá, se comunicou, elas mandaram ir lá, as duas mulheres donas da fábrica... A gente foi lá e fez um teste e nós fomos bem, todos. Eu e a filha e o filho e o namorado da minha filha na época, que hoje é o marido. Então, a gente foi bem no teste que elas queriam que nos começássemos no outro dia lá trabalhar, costurar. Gostaram do nosso serviço.

Para começarem a trabalhar na segunda seguinte, a patroa conseguiu uma casa para ser alugada pela família. Tal atitude é lembrada de maneira enfática por Rosa:

Nós tínhamos que esperar o fim de semana e arrumar uma casa e ir de mudança para Ampère para poder ir trabalhar. Elas até, até ajudaram arrumar uma casa para nós lá porque elas eram conhecidas e nós não. Elas arrumaram uma casa.

Para as patroas, além da garantia de ter quatro trabalhadores qualificados contaram também com a dedicação por parte do trabalhador, pelo sentimento de gratidão ao favor recebido.

Na Fabelle trabalhavam em torno de 80 funcionários na produção facção dos mais variados tipos de peças masculinas e femininas eram confeccionados em *jeans* e *sportfino*. Rosa diz ter gostado muito de trabalhar com a facção, por ser peças de modinha, ou seja, modelos e tamanhos variados. Numa jornada de oito horas de trabalho realizar a mesma operação além de repetitivo a monotonia toma conta. Com uma variedade de peças o trabalhador tem mais liberdade, ganha um pouco de tempo ao ter que buscar os aviamentos necessários.

Fala de forma satisfatória em relação a terem assinado sua carteira e o tempo que ficou lá “A gente trabalhou lá. Eu assinei a carteira lá. E trabalhei nessa Fabelle, onze meses”. Este curto espaço de tempo se resume numa experiência difícil com horas extras excessivas. Fato que rendeu problemas na relação conjugal de Rosa. Pedro, seu esposo, não compreendia o porquê de terem que ficar até tarde na fábrica sendo que o horário era até as 17:15. O ciúme foi algo inevitável. Mesmo assim Rosa não atribui a isso o motivo de terem mudado novamente para Santo Antônio. O motivo do retorno, além da filha “puxar de volta”, é atribuído também ao fato de que as opções de trabalho para seu esposo eram poucas:

Para o pai[esposo], lá em Ampére não era bom. Ele melhorou um pouco do braço e já estava trabalhando em construção lá. Mas daí lá era muito fraco. Fraco mesmo para pedreiro e carpinteiro. Porque daí as mulheres trabalhavam na fábrica e os homens eram todo mundo pedreiro. Aí era ruim para homem. Então quando eu arrumei vaga pra mim aqui na CSA, a gente voltou pra cá. Aqui ele arrumou serviço um pouco melhor aqui.

Neste período que lá ficaram, Rosa foi responsável pela renda da família.

Depois disso a família de Rosa muda-se para e Ampére e onze meses mais tarde retornam.

É marca de sua trajetória também a experiência de falência da Dinobre Confecções, a primeira fábrica em que trabalharam em Santo Antônio. Para ela houve a articulação de um golpe, como de fato se configura, contra os trabalhadores:

Nós começamos lá, eu gostava do serviço. E lá tinha muita gente trabalhando. No final tinha em torno de 180 funcionários, que aí eles estavam dando o pulo. Estavam indo embora e ninguém sabia. Quando nós vimos, anoiteceu a fábrica e não amanheceu. No outro dia não estava as máquinas lá dentro. E eles foram embora para Santa Fé, onde estão até hoje.

Quando questionada sobre ter algum indício de fechamento, por exemplo, o ritmo de produção, contratação de pessoal etc., responde:

Tinha algum boato, mas a gente não sabia nada certo. A gente estava trabalhando e era a única coisa que a gente tinha no momento. A gente não queria nem pensar que isso fosse verdade, que a fábrica estava indo embora. Ficava no boato, falava com uma pessoa, dizia sim. Falava com outra, dizia não. E a gente não era muito conhecido no momento. Então a gente estava ali. A gente só estava confiando no trabalho. Sem saber do golpe que estava sendo armado para o povo todo.

Esse golpe rendeu aos trabalhadores a perda dos direitos trabalhistas a que tinham direito e muitos receberam o salário do mês em mercadorias. Não houve atuação de nenhum sindicato neste caso, pois parte dos trabalhadores que foram em busca de justiça, tiraram de seu próprio bolso as custas com advogado. Rosa e seus filhos também foram em busca de um advogado, mas as condições em que se encontravam não permitiu que montassem uma ação.

Mas o verdadeiro golpe ainda estava por vir. Os trabalhadores foram induzidos a assinarem como se tivessem recebido os direitos trabalhistas para terem a liberação seguro desemprego. Diante das condições em que se encontravam, sem salário e sem acerto, poder garantir o seguro desemprego foi o que lhes restou:

Até levaram a gente no juiz de paz. E conversaram que a gente era para assinar como se a gente tinha recebido aquele acerto para poder pegar o seguro[Seguro Desemprego]. Mas na realidade nós estávamos numa furada, porque nós estávamos mentindo para nós, sem saber o que estava fazendo. Dando graças poder pegar o seguro desemprego. Então é isso! Nós não sabíamos nem o que estava fazendo. Porque aqueles boatos, aquelas conversas daqui e dali nós estava ali, né? Se puder pegar um seguro, era um dinheiro que nós íamos ter, que de fato esse dinheiro serviu para mim pagar o mercado, senão eu não tinha conseguido pagar o mercado.

Mesmo em condições extremas a necessidade de reforçar o bom caráter se manteve. Pagar o mercado foi esse o fim dado ao único direito recebido. Em Ampére, as patroas também não eram boas pagadoras. Rosa conta que o argumento que usavam era de que por serem estranhos na cidade precisavam pagar as contas em dia, mercado e aluguel. Isso era um privilégio que os outros trabalhadores não tinham.

O ano era 2000 e agora a fábrica que foram trabalhar era a CSA Confeccões com cerca de 120 funcionários, onde já estava sua filha e seu genro.

O trabalho na CSA era diferente da Fabelle. A CSA trabalhava com prestação de serviço e produção de marca própria de calças sociais. Aqui a produção diária era exigida e até havia um bônus para quem a atingisse e não faltasse dia de trabalho. Rosa trabalhou lá por três anos e meio. Saiu desta fábrica pois precisava do acerto para darem de entrada em um terreno e mais tarde construir uma casa. Durante todo esse tempo moraram de aluguel e isso é como “jogar dinheiro fora”. Ao fazer o acerto e ter o seguro desemprego liberado, mesmo assim, Rosa começou a trabalhar em outra fábrica. Segundo ela:

Eu estava recebendo o seguro e eu vim e pedi emprego na Billy Fran e eles me deram serviço ali. Eu contei que tinha prática e eles precisavam de gente com prática ali e era jeans. Eu entrei ali pegando o seguro, mas só que daí ajudou nessa parte de fazer a casa porque daí eu estava recebendo o seguro e me empreguei. Aí ali eu trabalhei quatro anos no *jeans* fazendo todo o tipo de modinha também.

As fábricas que Rosa trabalhou têm em comum a administração de caráter familiar, com a esposa que se encarrega da produção e o marido da parte administrativa. Na Billy Fran não era diferente. Nesta fábrica Rosa começou a trabalhar em 2003 e tinha no máximo 30 funcionários. E em 2010 entrou Helena, mas o número havia sido reduzido para 15.

As diferenças entre as fábricas de Santo Antônio estão no tipo de tecido trabalhado. O tecido de calça social é mais leve de fácil manuseio. O tecido para roupas *sportfino* é mais macio. Já o *jeans* vai para a produção sem passar pelo processo de lavagem que o torna macio. As costureiras têm que realizar as operações num tecido duro ou cru, como chamam. O resultado é que para uma operação mais precisa acabam forçando os nervos das mãos e braços desenvolvendo LER/DORT.

O social ele é bom de trabalhar porque ele é mais leve. Digamos assim, tu não cansa muito. Ele é mais leve. O *jeans*, como ele é mais duro ele é bruto, aí a gente força mais os nervos dos braços que eu comecei sentir dor nos nervos dos braços. Porque o *jeans* antes de ser lavado ele é muito duro. Aí pra gente fazer uma costura bonita tem que ir frisando [firmando o tecido com mão]. Então, nessa parte de tentar fazer pelo melhor, bem feitinho, bonitinho que é o que tinha que sair mesmo, era bem feito. Então, não vinha passado. As moças passavam só o bolso pra pregar. O resto a gente ia frisando a mão mesmo pra ser mais rápido. [...]. Firmar, frisar essas coisas tudo, virar gola, virar lapela tudo a mão. Tudo força muito.

Além do tecido pesado, a pressão para produzir peças sem defeitos e com rapidez e as precárias condições de trabalho também integram a rotina dos trabalhadores, como maquinários em péssimas condições como narra Rosa:

Aí, então esses quatro anos que eu trabalhei na Billy Fran deu pra mim que eu machuquei muito os nervos dos braços. Machuquei um ombro. O ombro direito com uma máquina que não funcionava bem. Não conseguia segurar no pé e eu pra tentar segurar, segurava com a mão. Aí foi que eu desloquei um nervo no ombro. [...] A correia, a roda que toca com a correia eu segurava com a mão. Tanto foi isso que algum golpe mais forte eu machuquei um nervo no ombro que me dói até hoje. [...]. Então a gente virando tudo aquilo rapidinho, muitas peças por dia. Então eu machuquei os nervos que virou tendinite tudo nos meus braços e que dói até hoje. Me tratei muito, tomei muito anti-inflamatório, mas de nada valeu. Dói até hoje.

Na fábrica nem o capital constante é mantido em boas condições, pois o capital variável é abundante. Rosa conseguiu o afastamento do trabalho e “conquistou” uma aposentadoria por invalidez. O prêmio do capital para o trabalhador é esse, o esgotamento físico, quando não, mental.

Em 2003 Rosa começa a trabalhar na produção de *jeans*. Com um ano de trabalho começa a sentir o efeito, mas devido a necessidade ela precisava continuar:

Foi logo que eu comecei a trabalhar. Mas como eu pensava que isso não era nada, que quando parava descansava. Eu comecei acho que com uns dois anos que eu estava trabalhando eu já estava sentindo bastante. Mas eu tinha que trabalhar, eu precisava trabalhar e faltar não podia. [...] Mas mais mesmo foi no *jeans*. Foi em 2003, digamos 2004 aí eu já estava sentindo. Eu já sentia dor nos braços. Mas como eu não ia poder dar muita atenção pra dor dos meus braços, eu precisava trabalhar. Não tinha nem como eu parar de trabalhar por causa disso. Não dava nem pra pensar.

Dos quatro anos que trabalhou nessa fábrica, três foi com dor.

Daí eu já estava bastante sofrida. Um feriado, no dia do município que eles trabalharam e eu fiquei em casa. Eu não fui trabalhar. Quando eu cheguei lá no outro dia aí a chefe pediu, que é a patroa a esposa do patrão. Ela pediu, ‘por que não veio ontem Rosa?’ Eu disse, “ah é que estava me doendo muito meus braços, não sei porque que dói tanto assim e eu fiquei fazendo uns remédios lá, fomentando com doutorzinho [pomada de massagem] e outros remédios lá pra ver se diminuía a dor”. Aí ela se calou e não me disse mais nada. Só pediu e eu falei e ela ficou quieta, não me falou nada.

Depois de muito sofrer ela decidiu reclamar para o patrão do problema que havia na máquina. E aí vem a confirmação do real interesse do capital:

Eu não estava conseguindo mais. Aí num dia que fui receber eu falei pra ele, pro chefe. Digo, “seu Rudi eu estou machucando meu braço naquela máquina lá que eu não consigo segurar com o pé, ela dispara e eu seguro com a mão. E está me machucando meu braço. E o outro braço eu não aguento mais de dor também. Me dói até o cotovelo. Da mão até no cotovelo de tanto dobrar a beiradinha das costuras ali pra bater [firmar com a costura]. Eu não aguento”. Mas ele não disse nada. E sobre o ombro ele disse, “sim, mas o que eu vou fazer? Eu não posso comprar outra máquina”. Eu recebi e saí e vim pra casa. Mas daí eu comecei a ver que eu não aguentava mais de verdade.

A narrativa de Rosa evidencia que não é só a dor física que faz com que o trabalhador entregue os pontos. É preciso convencer-se de que aquele trabalho é ruim e está adoecendo. A humilhação de se ver incapaz e não ter seu pedido atendido afeta psicologicamente os trabalhadores.

Rosa já com 57 anos, mas sem tempo de carteira assinada o suficiente para que conseguisse se aposentar:

Eu tinha que parar de trabalhar mesmo. Só que eu não podia. Porque eu precisava de anos de carteira assinada pra poder ter uma chance de me aposentar. Então aí na próxima vez, passado um mês, quando eu fui receber de novo, aí eu entreguei os pontos. Aí eu falei: “seu Rudi eu vou parar de trabalhar porque eu não aguento mais! Eu avisei que eu tinha um dor no ombro que eu não estava aguentando e eu não aguento mais. E eu vou parar”. Parar e parei. Aí então, ele não duvidou. Não me amarrou lá pra ir trabalhar. Não. Ele não disse nada e ficou quieto e tratou do que ele devia fazer. Acertar comigo. Tudo direitinho. Me pagou tudo muito bem. Disso eu não tenho queixa.

O trabalhador percebe os direitos trabalhistas, como a aposentadoria como uma possibilidade e não como um direito garantido. No caso de Rosa, devido aos problemas que já estava sentindo nos braços foi encaminhada para perícia e dois anos e meio mais tarde aposentou-se por invalidez. E as dores continuam. Aposentar-se por invalidez, não pode ser visto como algo fácil de conseguir. O trabalhador precisa passar por uma série de procedimentos burocráticos, e, portanto, desgastantes e humilhantes para ter a garantia de tal direito.

Enquanto eu estava no benefício eu tinha que manter a perícia. E essa perícia, então eu tinha eu ir no médico no ortopedista em Beltrão e trazer sempre o atestado pra fazer outra perícia pra continuar no benefício. Porque se eu não tinha o atestado de ortopedista aí ia cortar meu benefício? Então, aí tinha que viver correndo. Cuidando da consulta, tomar o medicamento, voltar no ortopedista e ali foi indo. O benefício ganhando dois meses, três meses, quatro meses, seis meses de benefício. Até que passou esses dois anos e cinco meses que daí eu ia completar 60 anos que ela [médica perita] me passou a aposentadoria. Antes disso foi sempre correndo no médico pra Beltrão e tomando medicamento, muito anti-inflamatório pra essas dores. Até fiz infiltração no ombro e no cotovelo, que não valeu de nada. Só gastei porque daí era particular ainda e o meu benefício era o salário mínimo. E muitas consultas tinham que ser particular também. Porque de repente a exigência não tinha pelo SUS. Então, a gente tinha que pagar.

Há uma incoerência na aposentadoria de Rosa. Porque ela foi aposentada por invalidez e não recebe o salário referente ao que recebia na fábrica, ou seja, o salário categoria de costureira. E de acordo com a Lei nº 9.876, de 26.11.99, artigo 29 que estabelece a forma de cálculo do salário de benefício para todos os benefícios previdenciários:

Art. 29. O salário-de-benefício consiste

I - para os benefícios de que tratam as alíneas *b* e *c* do inciso I do art. 18, na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo, multiplicada pelo fator previdenciário;

II - para os benefícios de que tratam as alíneas *a*, *d*, *e* e *h* do inciso I do art. 18, na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo.

Como Rosa teve uma sequência de 10 anos de registro em carteira e destes 4 na última fábrica, deveria estar recebendo proporcional ao salário categoria de costureira

que hoje se encontra no valor de 1.003,39 reais³⁴ e o salário mínimo em 788,00. Veja bem, não significa que o salário atual de costureira seja bom, mas depois de aposentado receber menos que isso a situação fica complicada.

Quando Rosa diz: “Disso eu não tenho queixa”, subtendem-se que teria queixa de outras coisas. De fato, havia um conflito vivido com outras colegas:

A única coisa que eu me desagradava lá dentro é que eu era a pessoa de mais idade lá dentro. E daí assim as meninas mais novas tudo bonitinhas aí elas me olhavam de um jeito sempre... Elas tinham, tipo, ciúme de mim. Porque eu sempre fazia meu serviço muito correto. E como eu não faltava o serviço. Nunca! Então eu tinha uma certa... Assim eu... Bom. Tudo o que era mais difícil, mais interessante a patroa levava pra mim começar a fazer. Porque ali não tinha encarregada. Encarregada de serviço ali nunca teve. Era a patroa mesmo e o patrão que reparava lá se alguém parava ou não. Se alguém estava parado ou corpo mole, era ele mesmo que cuidava disso e a patroa estava sempre presente. Sempre por perto.

Rosa valoriza seu trabalho ao se deparar com colegas jovens. Mas para isso ela encontra meios para desqualifica-las como “corpo mole” e ainda “elas tinham ciúme de mim” em oposição a ela que “fazia meu serviço muito correto” e não faltava no trabalho. Ao mesmo tempo que a patroa se aproveita do conhecimento que Rosa tinha sobre costura para resolver dificuldades encontradas nas peças a serem produzidas.

Para Rosa que tem em sua trajetória a experiência do trabalho de costura em casa sem controle do patrão. Tinha a preocupação em aceitar o maior número de encomendas possível, mas a rotina era organizada de acordo com suas tarefas domésticas e cuidado com os filhos. Na fábrica a rotina não está sob seu controle.

A diferença pra mim é quando eu trabalhava em casa é quanto mais eu pegasse de roupas pra fazer era melhor. Porque daí eu estava ganhando bem, né? Porque era só o meu ganho e o ganho do meu marido em construção, serviço por dia, de diarista enfim. E que eu era bastante livre porque eu trabalhava em casa tinha as crianças todas comigo. Sempre junto em casa ou estavam na aula meio dia e meio dia em casa comigo. Então, era uma coisa livre. E na fábrica aqui a gente, a casa era abandonado. Só chegava meio dia correndo e de noite... E de noite só pra posar mesmo porque passava o dia na fábrica. Então, ali foi uma diferença. Uma diferença grande que a gente mudou. Mudou muito.

³⁴ Este é o salário vigente nas fábricas da região sudoeste do Paraná. No restante do estado há uma variação que vai de 918,00 a 1.075,20. [http://www.fiepr.org.br/para-sindicatos/assistencia-sindical/uploadAddress/Fiacao_vestuario\[58029\].pdf](http://www.fiepr.org.br/para-sindicatos/assistencia-sindical/uploadAddress/Fiacao_vestuario[58029].pdf)

O modo de vida da família de Rosa foi completamente alterado pela rotina da fábrica. Antes a renda obtida com as costuras e do trabalho de seu esposo lhes garantiam a subsistência, na fábrica com o baixo salário foi necessário que seu filho Elias com 14 anos começasse a trabalhar, assim Gilmara deixou de lado o trabalho artesanal. Ou seja, antes apenas os pais trabalhavam para garantir o sustento de uma família de seis pessoas. Com o trabalho na fábrica passou a ser necessário que quatro deles fossem trabalhar.

Helena que trabalhou na mesma fábrica que Rosa, porém não no mesmo período também queixa-se de dores nos braços: “Sim, no braço eu acho que é o que mais prejudica, de vez em quando eu tenho dor no braço sabe! Nesse aqui, eu não sei ainda, vou ter que ver, mas parece que, ele provoca, né? Tendinite e tudo, né?”. Helena tem 33 anos e vê outros colegas que também já sofrem com os movimentos repetitivos.

De vez em quando sabe, tipo lá na fábrica quando tu tá lá em movimento tu não sente, daí depois em casa quando tu vai fazer outro tipo de serviço daí você sente a dor no braço, dor nas costas, né? Que o que mais prejudica acho que é a coluna e os braços, né? Que tu fica muito sentada o dia inteiro. [...] Posição, e os braços também, é direto segurando tecido, ou firmando na máquina né? E daí tudo isso prejudica, ao longo do tempo eu acho que mais de cinquenta por cento das costureiras sofrem, né? Tem problema, tendinite ou inflamação nos músculos do braço, dor nas articulações. Tem, conheço bastante que tem menos tempo de serviço do que eu e já tá tomando remédio e até encostado.

Mas Helena acredita que a ginástica laboral surtiria efeito se fosse praticada desde quando ingressou nas fábricas.

Mas eu acho que tem, tem, agora tá tendo na maioria das fábricas tá tendo dez minutos todo dia, dez ou quinze pra alongamento, né? Alongamento dos braços, das costas, da cabeça, isso tudo ajuda né? A evitar. [...] Eu acho que sim, né? Porque o tempo que eu trabalhava na Spabla nós tinha alongamento, eu não sentia dor nos braços, pra mim era normal sabe, trabalhar em casa ou na fábrica e não sentir nada. Já aqui onde eu trabalho agora nós não temos isso. Não tá tendo alongamento nenhum. Então, eu sinto sabe, que dói os braços, que dói a coluna. Então, eu acho que ajudaria, se fosse desde o começo, quando começar na fábrica, tivesse, se todos tivessem a oportunidade de ter esses alongamentos, quinze minutos por dia, né? Isso ajuda bastante. Mas, não é todas as fábricas que tem isso também.

Helena trabalhou dos 16 aos 20 anos na Traymon. Saiu de lá, casou-se e ficou em casa por um tempo. Depois trabalhou na Spabla por mais 4 anos e meio. Estas duas fábricas produziam calças sociais e *sportfino* que são tecidos mais leves, apesar do movimento ser repetitivo e constante. Mas a atual fábrica que trabalha confecciona *jeans*. Isso nos leva a concluir que além do tecido pesado já somam-se 10 anos de tempo de fábrica.

Assim como Helena, Teresa depois de 12 anos de trabalho também começou a sentir dores nos braços:

Agora está começando a me doer braço. Porque é o dia inteiro pra lá e pra cá [mostrou o movimento de vem e vai]. Eu disse, eu não como é que está inteiro ainda? Porque tem horas que parece que está gastado assim, sabe. Porque oh, tu puxa a perna [da calça] pra lá, puxa pra cá quantas vezes?

Os movimentos repetitivos a longo prazo, extraem a força física do trabalhador, causando desgaste nas articulações e nervos.

Áquila, filha de Teresa, tem sentido dores nas costas e numa perna.

Áquila: Que nem eu, é as costas. De cadeira, de ficar... Eu consigo usar só uma perna só. Só a direita. E daí já está dando problema. Não consigo usar as duas. [...] As cadeiras são piores. Não resolvem nada. Eram as de palha. Agora são as giratórias. Elas são muito frouxas a gente não consegue ficar sentada, bem na cadeira. [...] Elas só têm almofada onde a gente senta. E eu tenho que usar aquela almofada. Porque eu não consigo ficar. Ela fica assim oh [afastada da máquina] e eu tenho que ficar assim [próxima] na máquina. Eu não consigo ficar, me dói. Aí eu uso a almofada, melhora um pouco. Daí eu consigo ficar retinha, né?

Gilvana: Mas por que você tem que ficar pra frente?

Áquila: Pra mim conseguir costurar. Assim [afastada] a gente não enxerga muito. Ela mais ou menos assim [afastada] e pra mim enxergar eu tenho que ficar assim [bem próximo]. Então pra mim, essas cadeiras não resolvem. Eu estou usando a almofada atrás.

As fábricas têm seguido os critérios definidos pela SESMT (Serviços especializados em engenharia de segurança e em medicina do trabalho), mas na prática não têm surtido efeito porque há fiscalização que poderia criar medidas de prevenção³⁵.

³⁵ LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza; BERTANI, Iris Fenner. Invisibilidade social das doenças relacionadas ao trabalho: desafios para a reabilitação profissional. Artigo apresentado no VII Seminário

Por mais que se estabeleçam normas e utilizem a ergometria para adequar cadeiras, mesas para cada trabalhador as exigências por produção não permitem que o trabalhador de fato passe a ter uma postura adequada. A cadeira adaptada para Áquila não permitia que ela costurasse com agilidade. Então, a trabalhadora adapta a cadeira de uma forma que não prejudique sua produção diária. A longo prazo a ergometria poderia trazer resultados benéficos para os trabalhadores, desde que os patrões permitissem um ritmo menor e, portanto, uma produção menor.

Teresa e Áquila revelam que as dores fazem parte da vida de vários trabalhadores:

Áquila: Tem, bastante. Mais com problema no braço. Bastante gente com problema no braço. [...] Elas vão consultar o médico. Às vezes pegam 10, 15 dias [de atestado] daí voltam trabalhar. Não resolve. Vão no médico de novo. Pegam mais um mês, dois e assim vai indo. Às vezes se encosta um ano, dois, três anos e voltam.

Gilvana: Tem várias pessoas encostadas ali?

Teresa: Tem, vixi tem uns 13 eu acho.

Áquila: A maioria com problema no braço.

Teresa: Só que tem muitos que são folgados, né? Que tão doente e coisa assim. E como é que os fins de semana andam bebendo, reinando e loqueando em volta e daí pra vim trabalhar não pode. Como é que se chacoalhar [dançar] daí podem? E tem alguns que tem o problema vão e não conseguem se encostar!

Áquila: Por causa de uns atrapalha pra outros!

Teresa: Atrapalha pra outros, é nisso que dá! Que tem gente que sai que tá encostado e tá trabalhando em outro lugar. Não assinam carteira, mas estão trabalhando em outro lugar.

Mesmo reconhecendo que o problema existe, que o adoecimento é algo inevitável, as trabalhadoras demonstram a forma como veem os colegas que estão negando o trabalho de costura. Áquila, com 24 anos, há seis trabalha na fábrica e já sente e sabe os problemas de saúde que irá enfrentar. Teresa, 46 anos, há 12 na mesma função convive com as dores e mesmo assim julga os colegas que conseguiram sair da fábrica e que de alguma forma encontram um meio de se divertirem. Será esse o resultado do trabalho na vida de milhares de trabalhadores? Trabalharemos adoecerem, e não poderemos se quer sair de casa? Terminaremos a vida imóveis? Talvez para Áquila e

Teresa, o fato de os outros estarem em outros trabalhos, de repente até ganhando pouco melhor, as façam perceber o quanto o trabalho que realizam é vazio e monótono.

Ivete lembra com bastante angústia os dias vividos na fábrica:

Olha, tem bastante gente que a gente vê reclamar, se queixar. Bastante gente que se afastou com sérios problemas. Tanto é que agora eles exigiram, mas nem todas cumprem exigência de pôr um professor pra fazer ginástica. Tem fábrica que tem, mas nem todas porque eles acham que é uma perda de tempo perder quinze minutos. Entende! Não dão. Mas eles não olham o lado do funcionário. Que o funcionário está ali todo estragado. Se eles dessem quinze minutos o funcionário vai render melhor a produção. E se eles não derem aqueles quinze minutos o funcionário já vai indo engatinhando porque já não está aguentando as dores. Como acontecia comigo. Tinha dias que eu não suportava a dor. Sabe! Eu queria produzir, pra produzir que nem os outros e eu tentava apurar e cada vez piorava, daí que [me machuquei], entende! Mais dor e eu não rendia nada sabe.

Ivete via com tristeza os colegas reclamarem de dores. Mesmo vendo o que estava acontecendo a sua volta via a necessidade de atingir a meta. Atingir a meta significa que ainda é capaz.

Entre as trabalhadoras das confecções é possível encontrar aquelas que apresentam uma trajetória ocupacional carregada de sentido com uma identidade voltada para o trabalho de costura, a ponto de ser reconhecida como “a costureira”. Mas não aquela costureira de uma costura só, que realiza uma pequena operação repetidas vezes, ou como diz Gilmara “quem pilota a máquina é maquinista e não costureira”. Mas aquela costureira que tira suas medidas, desenha o molde, corta, monta a peça e costura com total autonomia e conhecimento do trabalho que realiza. Mesmo com tanta experiência, não conseguiu manter-se sem experimentar o trabalho fabril. E isso lhe rendeu fortes dores nos braços e uma aposentadoria por invalidez.

Além de Rosa, temos também a trabalhadora Elisete.

O que me impressionou nesta trabalhadora foram suas olheiras escuras e fundas somados ao silêncio na casa desenham um cenário melancólico. A trabalhadora falou de sua vida com amargura. Lembrou do tempo que viveu e trabalhou na roça, do trabalho duro e sofrido. Ao mesmo tempo em que esfregava uma mão na outra com certa angústia. O trabalho na fábrica não traz lembranças melhores. A exigência por produção, o abuso dos encarregados para com os trabalhadores recém-chegados e com pouca experiência foi traumatizante para ela, que definiu como injustiça esse de

tratamento. Hoje em casa consegue organizar seus afazeres domésticos e seus trabalhos de costura de modo a preencher seu dia e lhe garantir uma renda razoável. Recebe pelo seu trabalho um pouco menos do que lhe garantia a fábrica, mas não é preciso conviver com as injustiças dos chefes de produção. O trauma sentido da fábrica fez com que ela reparta seu dia em 3 jornadas de trabalho: conserta roupas, cuida dos afazeres domésticos e cuida de três crianças.

Elisete, 46 anos, nascida em Santo Antônio, morou e trabalhou na agricultura até seus 27 anos de idade. Porém aos 20 casou-se e logo tiveram uma filha. Mas devido a uma estiagem perderam o trigo e o feijão que tinham plantado e resolveram ir procurar trabalho na cidade de Ampére. Ela foi trabalhar numa fábrica de costura e seu marido em fábrica de móveis. Ela conta que não tinha experiência com costura e que não foi fácil conseguir uma vaga:

Quando nós fomos lá para Ampére, não foi fácil. Nossa eu tive que batalhar. Todo dia eu ia para frente da fábrica. Todo dia, hoje não tem vaga. Ao meio dia eu ia de novo. No outro dia de manhã eu ia de novo. Assim, sabe. [...] Eu não sabia costurar nada. Daí entrei lá, naquele tempo era a Leoni. Que tinha lá em Ampére. Até que eu consegui!

Elisete e sua família ficaram em Ampére por apenas 6 meses. Segundo ela, para morar em Ampére era bom, mas para trabalhar era complicado.

A gente não tinha experiência, né? E daí sempre tem aquelas pessoas que estão lá há mais tempo e ficam te humilhando assim. Nesse sentido, né? Eu sofri bastante. Até eu aprender o serviço e daí tem pessoas que te ajudam, tem pessoas que não, né? Que estão lá eles acham que não precisam, assim ajudar a gente e coisa. Ah, eu sofri bastante em fábrica grande. Daí depois viemos pra cá e entrei ali na Traymon. Aquela época era fábrica pequena. [...] Nós éramos em sessenta e poucos funcionários.

Em 1997, Elisete começou a trabalhar na Traymon e seu marido trabalhou por um ano na falida Dinobre. Ela trabalhou por um período de 6 anos e saiu. Depois disso ela e o marido montaram um mercadinho, mas não deu certo. Nesse período teve a segunda filha e parou de trabalhar fora, enquanto seu esposo conseguiu trabalho como serviços gerais na cerealista Peron Ferrari. Quando sua filha completou 1 ano ela voltou a trabalhar na Traymon por mais 6 anos e a fábrica já contava com mais de 300

funcionários. Em 2012 esta fábrica passou por uma crise e dispensou parte dos trabalhadores empregados entre eles, Elisete. A justificativa para a crise foi a mudança de donos da fábrica. Logo que saiu trabalhou por uma semana na fábrica Novo Stylo, mas não gostou porque o maquinário era velho. Depois disso, com o acerto da Traymon decidiu comprar umas máquinas para começar a trabalhar em casa.

Sobre a curta experiência que teve na Novo Stylo:

Elisete: Ali já era mais maquinário velho. Ah eu não gostei.

Gilvana: Interfere muito no trabalho, no rendimento?

Elisete: Interfere. A gente que não é acostumado. Que nem na Traymon, tu senta e costura. Ela faz tudo. Corta a linha, tudo, tudo. Tu pega a tesoura se tu precisar desmanchar alguma coisa. Daí se a máquina é muito velha voltava muito conserto. Estragava bastante, sabe. Daí a gente, quando tu começa assim no serviço, tu fica nervosa.

Gilvana: E os encarregados cobram igual?

Elisete: Cobram. Eles querem a produção. Daí parei. Desisti.

O fato de Elisete ser nova na fábrica além de a deixar nervosa ainda tinha que lidar com a cobrança por produção sendo que a máquina não lhe permitia maior desenvoltura. Elisete conta ainda que levou sua carteira de trabalho e não foi assinada. Diante disso, resolver sair e encaminhar o seguro a que tinha direito da Traymon.

Na Traymon, a produção era dividida por célula e a função que Elisete desempenhava era pregar o forinho e o cós da calça social. Ela realizava essa operação para dois grupos de célula.

Elisete: Você ficava naquela função. Tanto que um dia eu pedi pra minha chefe. Eu falei pra ela. A outra vez que eu saí eu estava muito estressada. Era bastante serviço. Tinha dois grupos e eu tinha que trabalhar nos dois no mesmo serviço. Fazia num e pro outro. Eu pedi pra ela: “Me troca de serviço, eu não aguento mais isso daqui!” ‘Não. Tu vai se aposentar nessa máquina’. Ela falava pra mim. Por que não dar chance, né? Pra pessoa aprender outras coisas? Era aquele costume, tu sabia fazer aquela função, tu ia naquela função. O dia que tu faltava, ficava tudo acumulado. Porque daí colocam uma pessoa que não tem experiência lá, né? Era assim que funcionava.

Mais tarde a fábrica parou de produzir social e passou a trabalhar com *jeans*. E as células de produção tornaram-se mais dinâmicas, exigindo que o trabalhador desenvolva mais de uma operação. Elisete passou a pregar o bolso traseiro na calça *jeans*.

Gilvana: Só ali já sentiu bastante diferença também?

Elisete: Deus o livre. Como senti.

Givana: Você gostou de trabalhar no *jeans*?

Elisete: Eu não gostei. Nossa a primeira semana assim, eu pensei que eu ia parar no hospital de tanto... porque ele é pesado. Mais daí depois que tu acostuma vai embora. Mas o social é bem melhor.

Elisete sentiu a dificuldade de trabalhar com um tecido mais pesado e que leva os trabalhadores ignorarem a dor para manter o posto de trabalho.

No momento da entrevista fazia dois anos que estava trabalhando em casa com consertos de roupas: “É bom. É melhor. Tu ganha menos, mas pelo menos tu está em casa. É puxado também porque em casa, que nem estou trabalhando agora. Eu cuidava de três crianças o ano passado. Agora eles estão de férias”. Com esta rotina puxada ela cogitou voltar para a fábrica,

Eu teria vontade de voltar esse ano, mas meu marido falou, não. Fica em casa. Porque daí é bastante estressante trabalhar fora. Tu trabalha fora e tu faz em casa é bastante estressante. Ele não quis que eu voltasse, tô aí. [...] Hoje eu não sei se na minha idade eu acho, não sei. Eu tenho medo de voltar pra fábrica e eu não conseguir mais porque tá bem assim... eles estão cobrando bastante nas fábricas hoje, né? Querem agilidade. Então acho que trabalhar em casa assim é melhor.

Diferente de Rosa, Elisete aprendeu a costurar na fábrica. Depois é que ela passa a costurar em casa. Então, os pedidos que aceita são de consertos: “Tem coisas, assim, que é bem difícil. Às vezes estressa a gente também. Mas eu vou aprendendo. Cada coisa vem diferente e daí vou aprendendo”.

A todo momento Elisete usa termos para significar o tempo em que trabalhou na fábrica “não foi fácil”, “estressante”, “era puxado” e “injustiça”.

Eu trabalhei anos ali na fábrica. A gente via muita injustiça né? Das pessoas que entravam lá. Dos chefes, cobrando, cobrando. Tu vê que a pessoa tá dando o que pode... Tem que ter o seu tempo pra produzir. Não é chegar, sentar numa máquina ali e produzir. Às vezes a pessoa precisa de uma semana, uns 15 dias até pegar, aprender o serviço. Pegar agilidade, né? Ah isso eu fiquei, eu fico com medo, sabe. Parece que me traumatiza aquilo ali de ver tanta injustiça que via. Eles cobrando das pessoas.

Para Elisete a ergometria não era respeitada dentro da fábrica. Por mais que exista a recomendação os trabalhadores estão acostumados a posição que é mais confortável e que não os impeça de manter o ritmo de produção. “Não tem como tu sentar ali reto pra trás e costurar. Ninguém trabalha ali reto sentadinho ali”. Segundo ela, a Traymon fornecia os equipamentos de segurança necessários como, cadeiras ergonômicas, óculos de proteção, protetores auriculares. Mas os trabalhadores mantinham a postura ereta apenas quando a médica ergometrista estava na produção. “Quando eles deram a [os equipamentos de] proteção, eles davam um papel pra gente assinar que se acontecesse alguma coisa, eles não tinham culpa. Porque eles deram a orientação e as coisas pra usar”. A estratégia da fábrica para garantir que não fossem multados por uma possível fiscalização foi fazer com que os funcionários assinassem um termo de culpa, caso não estivessem usando os equipamentos de segurança. Mas como vimos, Áquila, Teresa e Elisete, garantem que a postura indicada não resolve problemas de dores na coluna além de que será exigido o mesmo ritmo de produção.

Meu serviço [de costura] não é bastante, todo dia vem, mas eu não deixo acumular. Ali não fica acumulado. E se eu disser tal dia vem pegar eu faço de tudo pra pessoa vim e tá pronto. Porque fica chato tu ir... porque eles reclamam bastante. Ah eu desisti de levar lá na fulana, porque leva lá demora de mais. Que bom que você faz rápido. Então, eu vou fazendo. Não vou deixando acumular, né? Vou deixando a casa, o serviço vai ficando. Vou fazendo como eu posso.

Quando Elisete trabalhou na fábrica não podia deixar o serviço acumular. Ela internalizou isso e sofre:

É isso que me estressa. Porque tem gente que, ah deixa ali. E eu fico quase louca. Eu vejo o serviço acumulado e os chefes e a gente vê eu eles não gostam. Ah, eu não sei. Tem pessoas que não se importam com isso. Levam xingão. Chamam a atenção. E eu já não. Eu não sei viver assim, tomando xingão, ficam me chamando a atenção. Eu não.

O ritmo da fábrica transformou o ritmo de Elisete. Pois quando moravam na roça “A vida da gente era tranquila”, “Tu vai o horário que tu pode”. Hoje ela reproduz o ritmo da fábrica a sua própria rotina.

Por fim, Elisete resume sua experiência fabril como:

Eu vi bastante injustiça ali, sabe. Dentro da fábrica que foi, nossa! A pessoa precisando do emprego, né? Só porque não produzia o que eles queriam, eles não dão a chance pra pessoa? Ah, Jesus amado! Isso que eu tenho medo, sabe? Eu sempre falo. Eu sempre peço pra Deus que não precise minhas filhas passar esse tipo de coisa. Porque Deus o livre. Quem precisa trabalhar em fábrica que eu falo, vão estudar, estudem. Pra não ter que trabalhar em fábrica. Claro que se precisar vai, né? Não é melhor do que os outros. Só que a gente não quer isso para os filhos da gente, né?

Elisete chegou a tomar medicamentos “Eu tomava esses anti-inflamatórios que a gente compra por conta”. Ela acreditava que iria parar no hospital até mesmo porque,

Daí um pouco os nervos né? Eu chorava, menina. Eu chorava. Tu faz, desmancha, tu faz, desmancha e tu vê os montes ali do teu lado. As pessoas te ajudam, mas chega uma hora que eles não querem mais te ajudar. Elas pensam, te ajudei, vou te ajudar um pouco depois se vire até aprender. E um pouco era os nervos. As primeiras semanas eu chorava. Chegava em casa chorava, chorava, chorava. Mas que nada. Depois quando eu peguei o jeito que eu aprendi, daí me mandaram embora. [...] Eu chegava em casa nervosa e descarregava em cima dele [marido] em cima das meninas. Por isso eles não querem que eu vá trabalha fora, porque hoje eu estou calma. Se eu lavar a louça, a hora que eu lavar eu lavo. Se eu lavar roupa eu lavo, né? É assim. Eu não me preocupo que nem eu me preocupava quando eu estava na fábrica.

Elisete sente-se aliviada por não ter mais a exigência por produção. Organiza suas tarefas de acordo com as necessidades da família.

Os trabalhadores empregados nas fábricas têm convivido com dores nos braços e na coluna. Nos braços por conta do movimento repetitivo da costura industrial. E na coluna devido a posição desconfortável que é exigida para cada operação da costura. Para além da dor física, os trabalhadores deixam subentendidos os traumas causados pelo tipo de relação vivenciada no espaço de trabalho.

Trabalhamos com alguns exemplos como Ivete que rapidamente compartilhou sua experiência, pois não queria falar sobre as confecções. A mulher que sofria com os ciúmes do marido que não entende o porquê foi preciso ficar até mais tarde na fábrica devido as horas extras. Adriane que fala sobre o pânico de ficar em lugares onde há aglomeração de pessoas, desde a igreja que frequenta assim como a fábrica em que trabalha. Elisete, que carrega na sua expressão o sofrimento seu e de seus colegas. Todos estes vivenciaram situações extremas de stress geradas pela cobrança e pela competição que é introduzida entre colegas para produzirem além de suas forças. As

dores sentidas por esses trabalhadores, sejam físicas ou psicológicas nem sempre são vinculadas ao trabalho que realizam e acabam na invisibilidade social, o que dificulta o acesso a benefício.

O objetivo deste capítulo foi compreender e analisar como os trabalhadores lidam ou não com as pressões sofridas no espaço de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa tivemos como sujeitos os trabalhadores das confecções, que com suas narrativas evidenciaram a exploração a que estão submetidos. Também problematizamos a constituição da indústria de confecção da região sudoeste paranaense, mais especificamente na cidade de Santo Antônio do Sudoeste.

Analisamos as trajetórias de trabalhadores que vivenciaram um período no qual a região sudoeste passou por um processo de transformações na forma de produzir, nas relações de trabalho e nos modos de viver. Vimos a atuação dos faccionistas que ao definirem a forma de produzir, definem também as condições de trabalho à que os trabalhadores estão submetidos.

A forma como os trabalhadores veem seu trabalho são influenciadas pela experiência, pelo que já foi vivido, pela expectativa de um futuro melhor, por valores, e crenças. Precisamos considerar isso na tentativa de compreender como os trabalhadores reagem de determinada forma e não de outra. Assim, podemos concluir que pedir as contas e procurar outro trabalho tornou-se comum entre os trabalhadores das confecções na região. É o mesmo tipo de trabalho, mas com um diferencial no salário, a cobrança menor dos encarregados, as condições de trabalho pouco melhor, etc.

Os trabalhadores sujeitos desta pesquisa vivenciaram situações e têm trajetórias de vida muito semelhantes. Grande parte marcadas pelos constantes deslocamentos e pela exploração do seu trabalho. Porém, estes sujeitos não reagem da mesma forma às pressões vividas. Alguns, diante de uma situação de exploração, pedem as contas e buscam outro trabalho, outros arriscam-se mudando de área e outros ainda encontram uma alternativa o trabalho de costurar em casa, sem a pressão dos patrões. Não somos nós historiadores que iremos julgar as diferentes respostas dos trabalhadores frente a certas situações, mas sim devemos interpretar e compreender as formas encontradas por estes trabalhadores diante de uma experiência real que define limites e exerce pressões em suas vidas.

Algumas questões não puderam ser investigadas, mas que abriram a possibilidade para outras pesquisas.

Num primeiro momento, tínhamos a intenção de trabalhar com a fonte oral, mas devido ao pouco número de entrevistas, fez-se a necessidade de incluir como fonte o Jornal de Beltrão.

Ainda como possibilidade de investigação constituem-se como material histórico os processos trabalhistas como fonte para a experiência social dos trabalhadores das confecções da cidade de Santo Antônio do Sudoeste e deve ser investigado, dado o número de falências gera um contingente de ações na justiça. Outra problemática possível de investigação histórica está relacionada ao SINDECONFAB – Sindicato Dos Empregados nas Indústrias Do Vestuário e Confecção Em Geral de Francisco Beltrão. Este sindicato envia duas representantes para Santo Antônio quando há acerto de contas e para eventuais reuniões, as quais os trabalhadores raramente são informados. Também a negociação do salário acaba sempre entre um acordo com o patronato local.

FONTES

Narrativas Orais:

CARVALHO, Ivete. Entrevista concedida em 28 de agosto de 2013 por Gilvana Machado Costa nas dependências da residência da entrevistada na Rua Governador Bento Munhoz da Rocha, Santo Antônio do Sudoeste – PR. Duração 25min22s.

COSTA, Elias Machado. Entrevista concedida em 29 de agosto de 2013 por Gilvana Machado Costa nas dependências da residência do entrevistado na Rua Travessa 1, s/n, Santo Antônio do Sudoeste – PR. Duração 02h06min42s.

COSTA, Rosa Machado. Entrevista concedida em 28 de agosto de 2013 por Gilvana Machado Costa nas dependências da residência da entrevistada na Rua Pedro Desidério Pastorio, Santo Antônio do Sudoeste – PR. Duração 58min43s.

MEIRELES, Adriane. Entrevista concedida em 28 de agosto de 2013. Realizada por Gilvana Machado Costa nas dependências da residência das entrevistadas na Rua Pedro Desidério Pastorio, s/n, Santo Antônio do Sudoeste – PR. Duração 1h15min25s.

MEIRELES, Vânia. Entrevista concedida em 28 de agosto de 2013. Realizada por Gilvana Machado Costa nas dependências da residência das entrevistadas na Rua Pedro Desidério Pastorio, s/n, Santo Antônio do Sudoeste – PR. Duração 1h15min25s.

PASTORIO, Áquila Franciele. Entrevista concedida em 29 de agosto de 2013. Realizada por Gilvana Machado Costa nas dependências da residência das entrevistadas na Rua Pedro Desidério Pastorio, s/n, Santo Antônio do Sudoeste – PR. Duração de 50min.

PASTORIO, Teresa. Entrevista concedida em 29 de agosto de 2013. Realizada por Gilvana Machado Costa nas dependências da residência das entrevistadas na Rua Pedro Desidério Pastorio, s/n, Santo Antônio do Sudoeste – PR. Duração de 50min.

SOUZA, Gilmara Costa Machado de. Entrevista concedida em 30 de agosto de 2013 para Gilvana Machado Costa nas dependências da residência da entrevistada na Av. Brasil, Santo Antônio do Sudoeste – PR. Duração 02h04min14s.

VENSON, Elisete Lorini. Entrevista concedida em 02 de novembro de 2014 para Gilvana Machado Costa nas dependências da residência da entrevistada na Rua Rui Barbosa, s/n. Santo Antônio do Sudoeste – PR.

Jornal de Beltrão:

<http://issuu.com/orangotoe/docs/212-8eb9c1d0-a851-4220-8f6f-2f621dbddb91>

<http://issuu.com/orangotoe/docs/131-8eb9c1d0-a851-4220-8f6f-2f621dbddb91>

Informações extraídas da internet:

IPARDES: Disponível em < <http://www.ipardes.gov.br/index.php>> Acesso em maio de 2013.

SENAI: Disponível em < <http://www.portaldaindustria.com.br/senai/>> Acesso em junho de 2013

FIEP:

[http://www.fiepr.org.br/para-sindicatos/assistencia-sindical/uploadAddress/Fiacao_vestuario\[58029\].pdf](http://www.fiepr.org.br/para-sindicatos/assistencia-sindical/uploadAddress/Fiacao_vestuario[58029].pdf)

Editora Simplex (Sistema Simplificado de Corte Moderno) disponível em:

<http://www.editorasimplex.com.br/index.php>

Salário de SP: <http://sindivestuario.org.br/convencaosp2014/>

Lei nº 9.876, de 26.11.99 artigo 29. Disponível em

< <http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/42/1991/..%5C1999%5C9876.htm>>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alice Rangel de Paiva. O Averso da Moda: trabalho a domicílio na indústria de confecção. São Paulo: Hucitec, 1986.

ALMEIDA, P. R. “Cada um tem um sonho diferente”: histórias e narrativas de trabalhadores no movimento de luta pela terra. In: ALMEIDA, P. R.; KHOURY, Y. A.; MACIEL, L. A. (Orgs.) Outras histórias: memórias e linguagens. São Paulo: Olho d'Água, 2006. 44-60.

BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. O trabalho, o consumo e os novos operários: a experiência de trabalhadores em região de recente industrialização. In. BORSOI, Izabel C. F.; SCOPINHO, Rosemeire A. (org.) Velhos Trabalhos, novos dias: modos atuais de inserção de antigas atividades laborais. CE: Fortaleza/São Carlos. Edições UFC/EDUFSCAR, 2007.

BOSI, A. P. Acumulação de capital, industrialização e exploração do trabalho no Far West paranaense (1960-2010). 2013. (Artigo que expõe resultados parciais da pesquisa “Trabalho e Trabalhadores no processo de industrialização recente no Oeste do Paraná (1980-2009)”, desenvolvida com apoio material e financeiro do CNPq).

BOSI, A. P.; VARUSSA, R. J.; Introdução: a propósito de um breve balanço necessário. In: BOSI, A. P.; VARUSSA, R. J. (orgs.). Trabalho e trabalhadores na contemporaneidade: diálogos historiográficos. Cascavel: EDUNIOESTE, 2011. p. 7-15.

CARVALHAL, Terezinha Brumatti. Dinâmica territorial do trabalho domiciliar das mulheres em Terra Roxa/PR / Terezinha Brumatti Carvalhal - Presidente Prudente, 2009.

CEMBRANEL, Adir Silvério. *A indústria de confecção do vestuário do Sudoeste do Paraná: Acidentes e doenças de trabalho*. 2012. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia. UNIOESTE.

FINKLER; Anna Luisa. TCC: “Os Problemas de Saúde dos Trabalhadores e a Relação com o Processo de Trabalho em Frigoríficos”, Cascavel; 2007.

FLORES, Edson Luiz. Industrialização e desenvolvimento do Sudoeste do Paraná. 2009. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia. UNIOESTE.

- FRANCO, G. L.. *Micro e Pequenas Empresas em arranjos produtivos locais: Um estudo de caso do arranjo de confecção - bordado infantil em Terra Roxa/PR*. 2005. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Economia. UEM.
- GUALDA, N.L. et al. *Identificação das Aglomerações Industriais no Estado do Paraná: Um estudo exploratório*. In: Primeiras Jornadas de Economia Regional Comparada. Fundação de Economia e Estatística/RS. 2005.
- IPARDES. Arranjo Produtivo Local de Confecções do Sudoeste: Estudo de Caso. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Curitiba: IPARDES, 2006. 95 p.
- IPARDES. Arranjos produtivos locais e o novo padrão de especialização regional da indústria paranaense na década de 90. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Curitiba: IPARDES, 2003. 95 p.
- KHOURY, Y. A. A problemática da memória como linguagem social e prática política: a experiência de trabalhadores da empresa ThyssenKrupp do Brasil. *História & Perspectivas*, n. 46, p. 31-64, jan./jun. 2012.
- LAZIER, Hermógenes. *Estrutura Agrária no sudoeste Do Paraná*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1983.
- LINHART, Robert. *A greve na fábrica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza; BERTANI, Iris Fenner. Invisibilidade social das doenças relacionadas ao trabalho: desafios para a reabilitação profissional. Artigo apresentado no VII Seminário de Saúde do Trabalhador e V Seminário: O Trabalho em Debate “Saúde Mental Relacionada ao Trabalho”.
- MACHADO, Heriberto Ivan. *Santo Antônio do Sudoeste: sua gente, sua história*. Curitiba: Natugraf, 2009.
- MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880-1920. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (org.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d’Água, 2004.
- PLANO DE DESENVOLVIMENTO dos APLs das Indústrias do Vestuário do Oeste do Paraná e Moda Bebê de Terra Roxa. Cascavel - PR. Maio/2006. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1248271226.pdf>

SADER, Emir. Crise capitalista e novo cenário no Oriente Médio. In: HARVEY, D. et al. Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2012.

THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa. A maldição de Adão. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. II, 1988.

_____. A formação da classe operária inglesa. A árvore da liberdade. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. I, 1987.

_____. O termo ausente: experiência. In:_____. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: Costumes em comum. SP: Cia. das letras, 1998.